

PERFIL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM SAÚDE NO HAITI

Sueli Goulart

Rodrigo Prado da Costa

INTRODUÇÃO

Frequentemente as palavras que acompanham as referências ao Haiti vinculam-se a impossibilidades. Concordamos com Castor (2012), para quem a ausência de uma perspectiva histórica estimula a falar de um ‘Estado falido’, ‘inviável’, ou ‘Estado pária, sem futuro’. Por isso, iniciamos este texto com breves e sintéticas informações históricas.



Até o início do século XIX o Haiti foi a colônia mais produtiva das Américas (GORENDER, 2004)¹. Sua economia era baseada na monocultura da cana, em extensos latifúndios. A referência aos colonizadores franceses e a outras colônias da época reforçava a riqueza da então Saint-Domingue: “A França vivia do Haiti e a América do Norte vivia de vender comida e artefatos para o Haiti”, afirmou Darcy Ribeiro, em entrevista (RIBEIRO, 1997?). No século XVIII, aquela parte da ilha Espanhola ficou conhecida como “Pérola das Antilhas”.

A fonte dessa riqueza se assentava na exacerbada exploração da força de trabalho, extraíndo dela toda a energia, mantendo-a com alimentação escassa, sórdidas condições de moradia e um cotidiano de crueldades, como é próprio de todo sistema colonial e escravagista. Além do frequente açoite, a violência se fazia ainda mais cruel para os mais indisciplinados; estes chegavam a ser enterrados, vivos, em pé, apenas com a cabeça para fora, de modo que tivessem seus rostos devorados por insetos e animais (JAMES, 2000).

Entre o fim do século XVII e o início do século XVIII o Haiti protagonizou um dos momentos mais importantes da histórica ocidental (CASTOR, 2012). Num contexto mundial dominado pela escravidão, pelo colonialismo e pelo racismo, a população haitiana assombrou o mundo com sua luta; primeiro, pelo fim da escravidão (1794) e, logo após, pela independência do País, em 1803. Inspirados pelos ideais que inauguraram a Revolução Francesa, os “jacobinos negros” (JAMES, 2000) lutaram por, aproximadamente, 10 anos contra o exército francês de cerca de 25 mil soldados, guiados pelo general Leclerc, cunhado de Napoleão. Liderados por Toussaint L’Ouverture até sua prisão e morte em cárcere francês, e na sequência por Dessalines, os haitianos declararam a Independência preliminarmente em novembro de 1803, tornando-a definitiva em 31 de dezembro do mesmo ano. A ex-colônia francesa tornada um novo Estado, substituiu o nome que os colonizadores lhe deram – Saint-Domingue – por seu nome indígena original – *Ayiti*. Em 1804, tinha seu primeiro chefe de Estado: Dessalines; seguido por Christophe e, mais tarde por Pétion, todos integrantes da luta de independência. O último realizou a reforma agrária no País.

Pétion foi sucedido por Boyer, de cuja memória ficou sua concordância, em 1925, de pagar à França a quantia de 150 milhões de francos pela Independência. O Haiti concluiu o pagamento somente depois da Segunda Guerra Mundial - mais de um século depois (MATIJASCIC, 2009; SUTTER, 2010).

Desde a Independência, o País havia retomado a cultura de subsistência, modo tradicional na África. Não obstante, muito rapidamente o poder militar-oligárquico que se instalou, passou a reproduzir a matriz de dominação colonial, desta vez em torno do café. A apropriação quase exclusiva deste poder sobre os recursos do País era confrontada por movimentos camponeses. Ao mesmo tempo, alguns representantes da ordem vigente manifestavam desejo de implementar a industrialização e promover a agricultura de modo mais amplo para superação das barreiras econômicas e o re-equilíbrio das forças sociais. A intransigência do poder instalado fomentou a polarização das lutas pela conquista do poder entre os dois setores da oligarquia, enquanto perdurava também a luta reivindicativa do campesinato. Alimentada por frequentes ingerências estrangeiras, o Haiti tornou-se palco de uma agitação constante e de graves condicionantes para sua governabilidade soberana (CASTOR, 2012).

A presença internacional no Haiti passou, desde então, a se justificar pela necessidade de estabilidade política na construção da nação e pela condição de pobreza extrema da população. Em sua origem se caracterizou, fundamentalmente, por intervenções político-militares. Entre as mais marcantes, pode-se citar a intervenção estadunidense, no período de

1915 a 1934 quando, para evitar que alguma potência europeia retomasse o domínio daquele País e para defender seus interesses, no conturbado contexto da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos decidiram ali intervir. Ainda que o governo estivesse formalmente em mãos da elite mulata haitiana, os Estados Unidos exerceram poder de veto sobre todas as decisões governamentais. No campo econômico, Matijascic (2009) aponta os investimentos norte-americanos na infraestrutura, como a construção de pontes, hospitais, escolas, telefonia e saneamento básico. O favorecimento à concentração da riqueza em Porto Príncipe, com vantagens para a elite mulata, consolidou-a não somente como a elite política mas também como a elite econômica do País, vinculadas aos interesses dos Estados Unidos.

Alternando períodos ditatoriais com tentativas de implantação de regimes populares², a constante instabilidade política e a fragilidade econômica e social do País justificaram a ação de organismos internacionais que culminaram na formação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), em 2004. Sob o comando brasileiro, a Minustah conta com tropas de diversos países, como Argentina, Bolívia, Croácia, Equador, Guatemala, dentre outros, além dos onipresentes Estados Unidos e França. Além do apoio operacional à Polícia Nacional do Haiti (PNH), a Minustah atendeu a outras recomendações do Conselho de Segurança da ONU. Uma das prioridades da Missão é, segundo se lê em seu sítio (MINUSTAH, 2011), a reforma da justiça em diferentes facetas, como a profissionalização da polícia e a implementação de ações voltadas ao fortalecimento dos sistemas judiciários e penitenciários.

Após o terremoto de janeiro de 2010 e uma nova resolução (de 10 de outubro de 2010), o Conselho de Segurança da ONU decidiu aumentar o nível das forças globais da Minustah, para apoiar a reconstrução e a estabilidade do Haiti, com tarefas especiais no esforço humanitário de recuperação e para encorajar os demais atores a se engajar nos esforços de planejamento conjunto de ações em nível nacional e local. A pretensão era reforçar o apoio logístico e técnico especializado para que o Governo do Haiti pudesse recompor suas forças e aparatos de gestão, além de contribuir na preparação e condução das eleições que se realizaram naquele ano (MINUSTAH, 2011). Desde o desencadeamento da epidemia de cólera no Haiti, pela qual a Minustah foi responsabilizada pela população local, que matou 8 mil pessoas e contaminou 650 mil, indivíduos e movimentos sociais defendem a retirada das forças estrangeiras do País (ver, p. ex., a Carta abierta a los Ministros de Defensa y RR.EE. de los países de la UNASUR, publicada em Buenos Aires em 31 maio 2013 (DIALOGO 2000, 2013).

A devastação provocada pelo terremoto de janeiro de 2010 desencadeou inúmeras ações de ajuda internacional para o Haiti; o caráter catastrófico do momento ampliou significativamente o escopo de projetos e parceiros naquele País, compreendendo desde a assistência emergencial até grandes projetos de (re)construção da infraestrutura viária.

A partir desse cenário, identificamos diferentes atores, como governos de vários países, organismos multilaterais e organizações não governamentais que lá desenvolvem a chamada cooperação internacional. Sintetizamos a atuação estrangeira no Haiti sob duas principais vertentes: a cooperação norte-sul (CNS) e a cooperação sul-sul (CSS). Pretendemos provocar reflexões sobre as contradições da cooperação internacional para o desenvolvimento,



particularmente no campo da saúde. Essas reflexões foram feitas com base em dados coletados em fontes secundárias, fundamentalmente via buscas na Internet, identificando organizações estrangeiras atuantes na área, suas origens, projetos e modos de atuação e observações que pudemos fazer como participantes do Projeto Organização da Rede de Serviços para Fortalecimento do Sistema de Saúde do Haiti.

Iniciamos por uma breve síntese conceitual e histórica da cooperação internacional. Na sequência apresentamos a cooperação internacional no Haiti realizada no âmbito da CNS, liderada pela OCDE³, e aquela que se realiza no âmbito da CSS, através da Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comércio de los Pueblos⁴ (ALBA-TCP) e da Unión de Naciones Suramericanas⁵ (UNASUR). Finalmente, exploraremos as categorias imperialismo e internacionalismo (AMIN, 2005; HARVEY, 2010; LOWY, 1998) para provocar reflexões a respeito do modo pelo qual as diferentes vertentes da cooperação internacional organizam suas ações no Haiti. Nossa suposição é que essas categorias contribuem para entender e analisar as contradições da agenda internacional do desenvolvimento.

Breve síntese da cooperação internacional

A noção contemporânea de cooperação internacional começou a ganhar força e organizar ações desde o final da Primeira Guerra Mundial. O grau de destruição resultante e os interesses em jogo na tarefa de reconstrução mostraram a necessidade do estabelecimento de normas capazes de organizar as relações entre diferentes estados nacionais. Foi no contexto da Conferência de Paz de Paris, realizada entre 1919 e 1920, que se criou o primeiro organismo internacional voltado para preservação da paz e da resolução dos conflitos internacionais através da mediação e do arbitramento – a Liga das Nações (AMORIM, 1994). Muito embora tenha tido entre seus principais formuladores o presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, este país não aderiu à Liga, impedido pelo Congresso estadunidense. Evidentemente, a ausência à partida, de um dos países com claras intenções de estabelecer hegemonia nas relações internacionais, aliado a outros fatores como movimentos de ocupação e de reascenso das nações derrotadas na Primeira Guerra, levaram ao fracasso da Liga, culminado com a deflagração da Guerra civil espanhola em 1936, seguida da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, foram criadas novas organizações internacionais para a manutenção da paz e da cooperação entre os povos. Dentre as diversas conferências e tratados voltados para este fim, surgiram inúmeros organismos multilaterais, que se desdobraram em outros tantos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento⁶ (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse cenário foi também composto pelo acirramento das disputas entre os protagonistas da Guerra Fria e certamente marcaram o caráter do que se constituiu como ações e estratégias de cooperação internacional até meados dos anos 1980.

À ideia de desenvolvimento como elemento constitutivo da cooperação internacional incorporou-se o requisito do progresso tecnológico entendido como condição essencial para melhorar os padrões de bem-estar de grandes contingentes populacionais. Nesse sentido, a Assembleia Geral da ONU de 1948, através da Resolução 200, instituiu formalmente a assistência técnica para o desenvolvimento econômico (KAPEL, 2009). Esta resolução reforçou a promoção do progresso econômico e social como um dos objetivos principais da ONU e, ao mesmo tempo, a crença de que a falta de domínio de tecnologias estava entre os fatores fundamentais que impediam o desenvolvimento dos países periféricos.

Conforme ressalta Cervo (1994), a cooperação técnica, em sua origem, tinha como características centrais a transferência não comercial de técnicas e conhecimentos; o desnivelamento existente entre o desenvolvimento do receptor e do prestador da assistência; e a execução conjunta de projetos abrangendo peritos, treinamentos, material bibliográfico, obtenção de equipamentos e elaboração de estudos e pesquisas. Sob esta noção e com o objetivo de mediar e fortalecer as ações multilaterais em saúde foi criada a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, integrante do sistema ONU.

Nas décadas de 50 e 60 acreditava-se que o caminho para o desenvolvimento estaria obrigatoriamente associado a investimentos maciços de capital nas economias em desenvolvimento pois, apesar da escassez relativa de recursos financeiros no setor produtivo, eles dispunham de outros, com certa abundância - matéria-prima e mão-de-obra, particularmente (IGLESIAS PUENTE, 2010). Nessa concepção, a forma de transmissão de técnicas e conhecimentos remetia a um modelo de cooperação internacional de caráter essencialmente assistencialista e, por consequência, dependente. Não previa a formação de quaisquer bases para um desenvolvimento autônomo e soberano dos países, apenas reproduzia e aprofundava a relação de dependência entre os estados desenvolvidos (prestadores) e os não desenvolvidos (receptores) (CERVO, 1994). Aquelas décadas foram também marcadas pelo acirramento das rivalidades mundiais Leste-Oeste e, naquele contexto, a cooperação internacional foi utilizada pelas grandes potências (EUA e URSS) para manter alianças estratégicas e influência política sobre os países de suas órbitas (IGLESIAS PUENTE, 2010). Em outras palavras, a guerra fria contribuiu decisivamente para a institucionalização da cooperação para o desenvolvimento (MILANI, 2012).

Cabe também resgatar que foi no período pós-guerra que os Estados Unidos estabeleceram o Plano Marshall para reconstrução da Europa. Para administrar os fundos de sustentação do Plano e fomentar a cooperação entre os países membros foi criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica. Em 1961, a organização teve alterada sua denominação para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ampliou o número de membros e seu alcance geográfico, visando auxiliar os países não desenvolvidos a atingirem crescimento econômico. Em 1969, com a formação do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) e em 1972, com a criação da expressão Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OCDE, 2010) a OCDE tornou-se um fórum de conciliação entre doadores do Norte econômico e protagonizou a formulação de importantes conceitos e

diretrizes do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento (LOPES, 2008) e receptores do Sul, alvos daquelas diretrizes.

A partir da cunhagem da expressão Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) a cooperação internacional, que já havia incorporado a diretriz do progresso técnico e do crescimento econômico, aprofundou o viés economicista, sem anular seu caráter geopolítico; segundo Pena (2009, p. 396), ao apresentar as bases do conceito de AOD, a OCDE redefiniu o que se entendia por ajuda externa. Entre as principais redefinições estava a exclusão da ajuda militar como componente da AOD; a vinculação do caráter oficial da ajuda à exclusividade de fluxos governamentais; e a inserção da concessibilidade que somente permitiria considerar AOD aqueles empréstimos que contivessem um mínimo de 25% como 'elemento de doação'. Ao mesmo tempo, a OCDE incluiu formas diversas de transferência de recursos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, de modo a facilitar o alcance, pelos primeiros, dos índices mínimos de assistência por ela recomendados. Entre as várias modalidades para atingir esses índices estão os empréstimos e créditos, perdão de dívidas, doações, cooperação técnica, assistência humanitária, ajuda alimentar e auxílios a refugiados acolhidos nos países doadores (AFONSO e FERNANDES, 2005). Cabe destacar que, embora a origem dos recursos referentes a AOD deva ser governamental, não há empecilhos para que sejam repassados a ONGs e outras entidades, desde que a sua aplicação seja realizada nos países beneficiários listados pelo CAD. O Haiti encontra-se entre os países beneficiários (OCDE, 2010).

Na década de 70, formuladores da política de cooperação internacional acreditavam que o insucesso das ações de cooperação técnica para o desenvolvimento das décadas de 50 e 60 ocorreu principalmente devido aos baixos aportes de capital (insuficiência ou má aplicação) ou ainda pela falta de condições endógenas adequadas. Outros, porém, afirmavam que a ineficiência se devia a problemas relacionados ao desenvolvimento para além da deficiência de recursos. Procurando entender os fatores que limitavam o desenvolvimento dos países periféricos, ganharam força as teorias com ênfase na dependência das economias periféricas em relação às economias centrais (IGLESIAS PUENTE, 2010). Houve, então, uma reorientação da política de cooperação internacional, com maior vinculação da concepção de desenvolvimento aos temas sociais, de redistribuição e de governabilidade democrática, modificando inclusive a política de vários países doadores (HIRST e ANTONINI, 2009; GONÇALVES, 2010). Sob esta orientação, agências especializadas da ONU ou vinculadas a elas foram criadas ou fortalecidas como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) abrindo maior espaço de atuação para os países do Sul (GONÇALVES, 2010).

A conjugação de vários fatores macroeconômicos mundiais principalmente envolvendo os doadores, mudou radicalmente o ambiente da cooperação nos anos 80. Em resposta à crise econômica, assistiu-se à afirmação do liberalismo no seio das instituições de Bretton Woods e nas agências do sistema das Nações Unidas (IGLESIAS PUENTE, 2010). A crise influenciou na diminuição dos montantes destinados e na maior racionalização dos recursos, apontando

as ONGs como uma saída para a administração dos projetos. Naquele período assistiu-se ao apogeu da doutrina da cooperação via ajustamento estrutural, com transferências de recursos cada vez mais sob a forma de apoio ao orçamento dos países, condicionadas a reformas políticas. Assim, ajustando-se à doutrina do Consenso de Washington, a ideia base na década de 80 foi a de que “não vale a pena desperdiçar recursos em projetos cujo ‘ambiente político e estrutural é inadequado’. É necessário, antes de mais nada, proceder a reformas das instituições econômicas” (AFONSO e FERNANDES, 2010).

Dentre as implicações do fim da Guerra Fria sobre as políticas de cooperação internacional estão a mudança do papel dos países do Leste Europeu e da ex-URSS que, em grande parte, passaram de doadores a receptores da ajuda internacional; a diminuição da ênfase em questões de segurança que impulsionavam a cooperação (estadunidense, preponderantemente) com os países do Leste Europeu, como parte do conflito; e a menor competição (ao menos naquele momento) pelos mercados dos países em desenvolvimento. Com o fim da Guerra Fria, estas interações perderam muito da sua importância. Além disso, os países doadores começaram a ter que justificar perante os contribuintes a eficácia dos dispositivos de cooperação e da sua adequação às tarefas enunciadas (AFONSO e FERNANDES, 2010). Para ilustrar as dificuldades do financiamento dos organismos internacionais nesse período, lembramos que a recomendação da ONU para que os países desenvolvidos destinassem 0,7% de seu produto interno bruto (PIB) como AOD, somente foi superada por cinco países - Dinamarca, Países Baixos, Luxemburgo, Noruega e Suécia (OPAS, 2007).

Na década de 1990, o PNUD apresentou o conceito de desenvolvimento humano em contraponto à visão economicista de algumas instituições financeiras multilaterais (AYLLÓN, 2007). Cabe ressaltar ainda que as Conferências Globais e os Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU tocaram em temas relacionados a desenvolvimento antes negligenciados como: meio ambiente; direitos humanos e questões sociais. Tais eventos contaram com significativa mobilização de setores da sociedade civil e da opinião pública internacional (GONÇALVES, 2010).

Desde então, tem sido crescente os questionamentos em relação à AOD como instrumento capaz de conceber e aplicar políticas de cooperação internacional, como menciona o documento da Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização:

A Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) não atinge sequer a quantidade mínima necessária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM) e enfrentar os crescentes problemas globais. Também não resulta eficaz o sistema multilateral encarregado de conceber e aplicar políticas internacionais. Padece, no geral, de falta de coerência política e não é suficientemente democrático, transparente e responsável (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO, 2005, p. xi).

Marcado por relações desiguais, nas quais “a cooperação é prestada por aquele que dispõe de melhores recursos financeiros, tecnológicos, políticos etc., e é recebida por aquele a quem faltam as condições necessárias ao desenvolvimento” (COELIN, [200-?], p. 27), esse

modelo se resumia essencialmente em relações Norte-Sul e sofreu retração em decorrência da diminuição dos recursos alocados pelos tradicionais doadores, entre outros fatores.

Com efeito, esse modelo de cooperação internacional, embora dominante, não era o único vigente no pós-guerra. Desde a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA) e do Grupo dos 77 (G-77) entre as décadas de 1950 e 1960 já se buscavam formas de autodeterminação e afastamento da grande influência política e econômica dos países dominantes no sistema internacional (JOY-OGWU, 1982 apud GONÇALVES, 2010).

Na década de 70, os países considerados não desenvolvidos e os recém-independentes (particularmente as últimas colônias na África), buscaram constituir mecanismos de cooperação menos assistencialistas e dirigistas, construindo relações que se pretendiam entre iguais. A ampla concentração desses países ao sul do hemisfério e a tentativa de contraposição ao modelo hierárquico de cooperação internacional, definiram a chamada Cooperação Sul-Sul (CSS).

Para Coelin [200-?] os marcos definidores na construção do conceito de CSS ou cooperação horizontal foram o Programa de Ação para a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, adotado na Conferência de Ministros das Relações Exteriores do Movimento Não Alinhado em Georgetown, Guiana, em 1972; o Plano de Ação de Buenos Aires, adotado pelos 138 países que participaram da Conferência da ONU sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, ocorrida na Argentina, em 1978; e o Programa de Ação de Caracas, formulado pelo G-77 em 1981.

A Conferência de Buenos Aires tornou-se referência dos primeiros esforços coletivos de identificação e sistematização das formas, modalidades e possibilidades da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (IGLESIAS PUENTE, 2010). No final dos anos 90, e início dos anos 2000, por recomendação do PNUD e iniciativa de alguns países em desenvolvimento, em especial por ação do G-77, assistiu-se à convocação de diversas conferências internacionais sobre a Cooperação Sul-Sul. A CSS voltou a se destacar, agora no âmbito das agências multilaterais, coincidindo novamente com um período em que os países de renda média perderam participação como beneficiários da AOD. Assim, as ações no âmbito da cooperação Sul-Sul receberam maior impulso e passaram a formar parte da estratégia de muitos países para avançar em seu processo de desenvolvimento.

A resolução n. 64/222, fruto da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairobi, em dezembro de 2009, registrou o entendimento dos países membros sobre esta modalidade de cooperação. Nela destacou o compartilhamento de experiências e afinidades entre os povos e países do Sul, afirmando que estas relações não devem ser vistas como “assistência oficial ao desenvolvimento”, caracterizando-as como “uma parceria entre iguais baseada na solidariedade” e fundamentada no respeito à soberania nacional e peculiaridades próprias a cada país, “livre de quaisquer condicionamentos”. Segue afirmando que a CSS se orienta por uma abordagem multilateral, incluindo ONGs, setor privado, sociedade civil, universidades e outros atores “que contribuem para enfrentar os desafios e objetivos de desenvolvimento, em consonância com estratégias e planos nacionais de desenvolvimento” (UNITED NATIONS, 2010).

Ao tentar estabelecer diferenças entre a Cooperação Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul, Milani (2012, p. 213), alerta para a necessidade de

ir além da análise das promessas e dos discursos dos países em desenvolvimento, das denúncias e propostas de parcerias dos atores não governamentais. Implica conhecer a realidade dos países em que os projetos de CSS estejam em curso, pensar seus impactos também na perspectiva do 'outro' que é beneficiário da cooperação prestada [...].

Por isso, o autor defende o argumento de que países como o Brasil, Índia e África do Sul (considerados pela OCDE como países de renda média e doadores 'emergentes'), que já foram objeto da CNS, devem estar atentos aos "riscos de reprodução de um tipo de experiência (a cooperação '*top-down*', 'colonizadora', não participativa, etc.) que eles próprios criticaram no passado recente" (MILANI, 2012, p. 213).

Como já mencionamos, o Haiti recebe, desde sua luta de independência, milhares de agentes, ações, projetos, sob a bandeira da cooperação internacional. Nos últimos anos a presença de organismos nacionais e internacionais e ONG's foram ampliadas. Ambas as modalidades de cooperação estão presentes – a CNS e a CSS. Isto nos leva a focalizar o olhar sobre as diferenças entre uma e outra, de modo concreto, através das ações que desenvolvem no Haiti.

A cooperação Norte-Sul no Haiti

Para uma visão geral da CNS, partimos de dados sistematizados pela OCDE, particularmente nos relatórios que cobrem as ações daquele organismo, dos países membros e de seus parceiros nas ações sobre o que denominam Intervenção Internacional em Estados Frágeis. Estes relatórios avaliam o impacto das ações desenvolvidas em cerca de 13 países (até o momento, o único país dentre os 13 que se situa fora da África é o Haiti) tendo como referência a Declaração de Paris (OCDE, 2005) e a Accra Agenda for Action (AAA) (OCDE, 2008a). Os princípios orientadores afirmados nesses documentos são a apropriação, a harmonização, o alinhamento, os resultados e a responsabilidade mútua. Tais princípios são frequentemente atualizados nas conferências de alto nível realizadas pela OCDE. Segundo documento atualizado em 2008, "[...] a perspectiva de longo prazo da intervenção internacional nos Estados frágeis assenta no apoio às reformas nacionais, de forma a constituir instituições eficazes, legítimas e resistentes, capazes de se empenharem de maneira produtiva com as suas populações com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável" (OCDE, 2008b).

O Relatório de 2011, capítulo Haiti, informa que a assistência oficial ao desenvolvimento no Haiti saltou de 600 milhões de dólares entre os anos de 2006-2009 para 1,7 bilhões em 2010-2011 (excetuando-se a ajuda humanitária, em ambos os períodos), o que alcançou cerca de 37% do volume de recursos prometidos em março de 2010 (OCDE, 2011). Este volume de recursos representa cerca de 60% do orçamento do Estado e mais de 85% dos programas de

investimento público. O mesmo Relatório informa que as transferências da diáspora haitiana em 2010 ultrapassaram 1,9 bilhões de dólares e representam mais de 30% do PIB do Haiti. A estimativa da OCDE é de que cerca de 40% dos lares haitianos dependem, em diferentes graus, destas transferências. A Figura 1 sintetiza dados de doações internacionais ao Haiti, no âmbito da AOD, da OCDE.

HAITI						
RECEIPTS	2008	2009	2010	TOP TEN DONORS OF GROSS ODA (2009-10 AVERAGE) (USD M)		
Net ODA (USD million)	912	1120	3076	1	United States	714
Bilateral share (gross ODA)	59%	35%	61%	2	IDB Sp. Fund	613
Net ODA/GNI	14.2%	17.2%	45.7%	3	IDA	302
Net Private Flows (USD million)	24	-20	-85	4	Canada	289
				5	IMF (Concessional Trust Funds)	230
				6	EU Institutions	193
				7	Spain	152
				8	France	131
				9	Japan	48
				10	Norway	36
FOR REFERENCE	2008	2009	2010			
Population (million)	9.7	9.9	10.0			
GNI per capita (Atlas USD)	620	670	650			

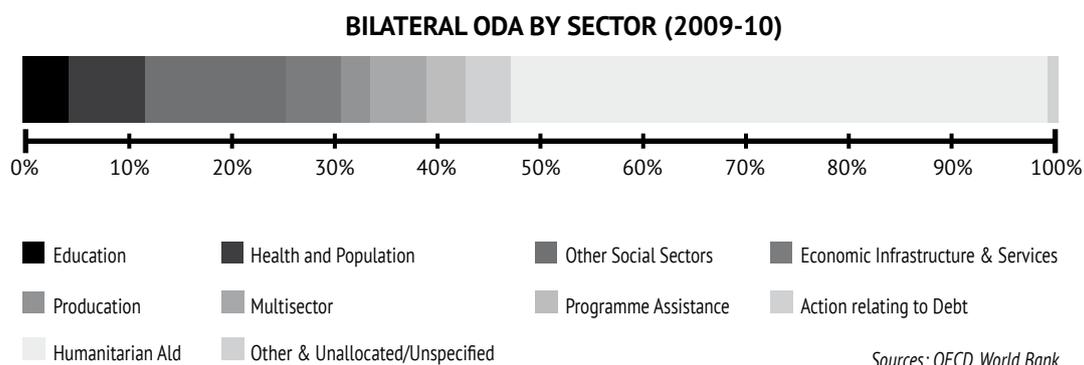


Figura 1: Volume de recursos destinados ao Haiti, no âmbito da OCDE, entre 2009-2010. Fonte: OCDE (2012).

Como se pode observar na Figura 1, dentre os 10 maiores doadores (em valores brutos) de recursos ao Haiti figuram seis países (cooperação bilateral), sendo os quatro restantes organismos ou unidades de organismos internacionais parceiros da OCDE (cooperação multilateral), como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB-Sp. Fund), o FMI (Concessional Trust Funds), a Comissão Europeia e o Banco Mundial (IDA). A seguir, resumimos a atuação dos seis países listados na Figura 1, quais sejam: Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Japão e Noruega.

Desde 1915, os **Estados Unidos** mantiveram forte presença no Haiti, com diversas justificativas. Segundo o Departamento de Estado Norte-Americano, os EUA são os maiores doadores de recursos ao Haiti desde 1973 (EUA, 2012) Neste trabalho nos interessam os projetos formais de cooperação que lá desenvolvem, particularmente após do terremoto de

2010. Desde então, os EUA definiram quatro eixos de cooperação: infraestrutura e energia; segurança alimentar e econômica; governança, estado de direito e segurança; e saúde e outros serviços básicos, em três regiões do País: Porto Príncipe e arredores; São Marcos, no centro-oeste; e Cabo Haitiano, na região norte (EUA, 2013). Concentramos nossa exposição apenas no eixo referente à saúde.

Anteriormente a 2010, os EUA apoiavam a oferta de serviços básicos de saúde (como saúde materna e infantil e imunização, por exemplo) para cerca de 50% da população haitiana. Após o terremoto, novas demandas como cuidados na área de deficiência, surtos de doenças infecciosas foram incluídas nos serviços de atendimento apoiados pela USAID (2013). O governo dos EUA também atua na reconstrução da infraestrutura sanitária destruída pelo desastre. Em junho de 2012 foi assinado um acordo entre os dois países, ao final do qual se espera que o Governo do Haiti assuma completamente a gestão de seu sistema de saúde, inclusive reduzindo a dependência de doações estrangeiras.

As relações diplomáticas entre **Canadá** e Haiti datam de 1954 e se consolidaram ao longo do tempo com o crescimento considerável da comunidade haitiana no Canadá, bem como a contínua presença de organizações de desenvolvimento canadenses no Haiti (CANADÁ, 2011). Além de ambos serem membros da ONU e da OEA, integram também a Organisation Internationale de La Francophonie. Segundo as informações da Embaixada do Canadá no Haiti (CANADÁ, 2011), o País tem profundo engajamento com a população e o governo haitianos, baseado nos princípios da prosperidade, segurança e governabilidade democrática. Ainda segundo a mesma fonte, o Haiti é o maior beneficiário da ajuda ao desenvolvimento canadense nas Américas e o segundo maior do mundo (depois do Afeganistão). Entre os anos de 2006 e 2012 o governo do Canadá desembolsou mais de 1 bilhão de dólares no Haiti, através da Canadian International Development Agency (CIDA).

Assim como os demais países aqui listados, o Canadá desenvolve projetos em diversas áreas, como educação, habitação e segurança. Nosso interesse prioritário, entretanto, é na área da saúde e, através da conhecida capacidade de organização e sistematização de informações daquele país, identificamos um total de 39 projetos em saúde apoiados financeiramente pela CIDA, com um montante da ordem de US\$ 246.829.542,00, conforme disponibilizado em seu sítio⁷.

Em 2013, ao fazer um balanço da atuação do Canadá no Haiti, o Ministro de Cooperação Internacional assegurou que mais 1,9 milhões de crianças e jovens receberam vacinas contra poliomielite, sarampo e rubéola. Além disso, mais de três milhões de mulheres haitianas, recém-nascidos e crianças têm acesso a serviços de saúde gratuitos em 63 instituições de saúde em todo o país. O Ministro considerou que, embora os resultados de projetos específicos tenham atendido, em grande parte, às expectativas, o progresso em direção a uma sociedade auto-sustentável no Haiti tem sido limitado. Justificando-se pela responsabilidade de maximizar o valor dos dólares dos contribuintes canadenses, o Ministro afirmou que o Canadá está revendo sua estratégia de engajamento de longo prazo no Haiti. Apesar de desejar melhorar os resultados e o atendimento às necessidades e prioridades da população

haitiana, o governo do Canadá cobrou maior liderança, responsabilidade e transparência do Governo do Haiti, para que assumira um papel mais determinante no próprio desenvolvimento (FANTINO, 2013).

Segundo Montan et al. (2010), a **Espanha** tem sido, tradicionalmente, um dos principais atores no Haiti. Para eles, o Haiti está incluído entre os países prioritários para a cooperação espanhola, ainda que a Espanha não tenha ali interesses geoestratégicos definidos ou responsabilidades históricas diretas. Na opinião deles, a Espanha é um ator respeitado e valorizado justamente por seu enfoque desinteressado e por ser um dos poucos países europeus que lá mantém representação diplomática permanente, juntamente com a França e a Alemanha.

Contrariamente, Gauthier (2010) afirma que o interesse da Espanha pelo Haiti se deve, principalmente, a questões econômicas regionais, centrados em Cuba e na República Dominicana. Desde 2004, com a saída de Jean-Bertrand Aristide, a Espanha envia ajuda ao Haiti, inicialmente com efetivos militares para a MINUSTAH e em seguida com policiais, numa clara preocupação com a segurança na região.

Em que pese os diferentes olhares sobre os interesses espanhóis, a cooperação no Haiti se dá por meio da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID) e os tem colocado como o terceiro doador (na cooperação bilateral) no *ranking* da OCDE. Esta agência atua no Haiti por intermédio da Oficina Técnica de Cooperación, orientada por compromissos acordados entre os dois países. Os programas e projetos de cooperação são desenvolvidos por uma ampla gama de instrumentos, em seis eixos de intervenção: água e saneamento (inclui-se a luta contra o cólera); educação; fortalecimento institucional (com ênfase na governabilidade democrática); desenvolvimento rural e luta contra a fome; sustentabilidade ambiental, mudança climática e habitat; e cultura e desenvolvimento, com destaque para proteção ao patrimônio cultural e ao fomento ao segmento produtivo (AECID, 2012a).

As intervenções são feitas através de subvenções a ONGs (há aproximadamente 30 ONGs espanholas no Haiti), a cooperação multilateral (diversos organismos do sistema ONU, como UNICEF, FAO, ONU-Mulheres, etc.), a cooperação triangular e Sul-Sul e a ajuda programática ao Governo Haitiano (AECID, [2012]). Em boletim publicado por ocasião do terceiro aniversário do terremoto de 2010, a Oficina Técnica de Cooperación (OTC) da AECID no Haiti, destaca a ajuda imediata no pós-terremoto, com recursos financeiros e humanos para as urgências; a contribuição na luta contra a epidemia de cólera, mediante financiamento à Cruz Vermelha Espanhola e OXFAM; o financiamento de 1500 casas das 4000 construídas pela Cruz Vermelha Espanhola; o apoio financeiro para reconstrução de um centro educativo; o apoio à construção da maior planta de tratamento de água no Haiti, entre outros (AECID, 2013; AECID 2012b).

A AECID participa no apoio orçamentário à tarefa de reconstrução do Haiti (Cadre de Partenariat relatif à l'Appui Budgétaire) e de instituições que tomam decisões em matérias de gestão da ajuda internacional, entre elas o Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), onde tem voz e voto (AECID, 2012a). Ainda segundo informações de seu sítio, a cooperação

espanhola encontrava-se, em 2013, em um novo ciclo no planejamento de suas políticas. O processo de elaboração do IV Plano Diretor 2013-2015 e do Roteiro da AECID, se concentrou principalmente em um triplo modo de operação: setorial, geográfico e multilateral e marcará os caminhos de ações das OTCs no exterior. Alterações estão previstas para a OTC do Haiti, que se prepara para delinear seu I Marco de Associação hispano-haitiano. O processo de elaboração e aprovação deste Marco pretende, em diálogo com todos os atores envolvidos, estabelecer os resultados de desenvolvimento, os resultados previstos e os mecanismos e instrumentos necessários para a execução e a responsabilidade mútua das partes do Programa Hispano-Haitiano de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID, 2012c).

Essas medidas sugerem, de fato, uma nova abordagem na cooperação desenvolvida pela Espanha no Haiti que, evidentemente, tem a ver com a superação do momento mais crítico e emergencial da ajuda mas, certamente também sofre influências do período economicamente recessivo que vive aquele País.

O sítio da Diplomacia da **França**, ao listar as datas importantes de seu relacionamento político com o Haiti registra o ano de 1838, quando ambos assinaram o Tratado de paz e amizade; 1945, com a assinatura de um Acordo Cultural; 1973, um novo acordo de cooperação cultural, científica e técnica; 1986, quando renovaram o acordo de 1973; 2007 com a formulação do Estatuto de Parceria entre os dois países; e 2010, com a visita do então presidente francês ao Haiti, o primeiro chefe de estado estrangeiro a visitar o País, logo após o terremoto (FRANÇA, 2011a).

A presença na França no Haiti registra mais de um século de exploração colonial. Após a Independência, a França ignorou o Haiti por, pelo menos, dois séculos (GAUTHIER, 2010). Para o escritor e filósofo Régis Debray, em entrevista ao *Le Figaro*, em fevereiro de 2010, o Haiti teria vivido 400 anos de solidão e o desastre de 2010, ainda que de forma dramática, permitia ao mundo, e à França em particular, “acordar de um longo sono” para cumprir com seu dever histórico e moral (DEBRAY, 2011). Foi o Haiti o país a defender, em conferência da ONU, em 1945, o francês como segunda língua daquela organização e se constituiu como âncora da francofonia no Caribe. O escritor sugeria ainda que os países deveriam adotar um papel de “aluno de humanidade” e colaborar com o Haiti em condições de igualdade, sem a costumeira busca de liderança no *front* da cooperação internacional.

Das poucas horas de presença do Presidente Sarkozy no Haiti ficou o compromisso de enviar 326 mil euros para a ajuda emergencial ao País. Desde então, diversos projetos foram lá implementados, majoritariamente por ONGs. Especificamente na área de saúde, o Ministério das Relações Exteriores apoia a Cruz Vermelha Francesa em intervenções em quatro centros de saúde, dois dos quais localizados em Porto Príncipe. Estes projetos visam a melhoria da infraestrutura dos centros mediante doação de equipamentos e de materiais (FRANÇA, 2011b).

Somando-se aos projetos financiados pelo Ministério das Relações Exteriores, a Cruz Vermelha Francesa apoiou sete unidades básicas de saúde na capital e em Petit-Goave. Em seu último relatório de balanços e perspectivas sobre sua atuação no Haiti afirma que, além da

reconstrução e renovação das unidades de saúde, modernizou o sistema de gestão e treinou pessoal, inclusive para o tratamento do cólera, que se tornou endêmica no País (CROIX-ROUGE FRANÇAISE, 2012). Quanto aos recursos financeiros, consta no relatório que, do total de 42,7 milhões de euros arrecadados até dezembro de 2012, cerca 36 milhões de euros foram usados durante dos 36 primeiros meses após o terremoto. Em vista disso e da possibilidade de ampliar o financiamento institucional, a Organização continuaria sua mobilização em torno da população afetada pelo terremoto até o final de 2014, particularmente em resposta à epidemia de cólera. Entre seus parceiros institucionais e operacionais, a Cruz Vermelha Francesa cita a União Europeia, a UNICEF, a Fundação Veolia, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Entrepreneurs du Monde, L'Architectes de l'Urgence. Entre os doadores privados cita, dentre vários outros: rede Accor, Air France, L'Oréal Foundation, Google, HSBC, Johnson & Johnson, Microsoft, Nestlé, Mitsubishi, etc.

Dentre os países listados pela OCDE, certamente poucos tem tanta *expertise* em abalos sísmicos quanto o **Japão**. A Embaixada Japonesa no Haiti afirma que o objetivo global de sua ajuda é a reconstrução pós-terremoto e o estabelecimento de serviços sociais fundamentais, priorizando a melhoria das condições sanitárias e de higiene e a promoção da educação (JAPÃO, 2012a).

Informações sobre a assistência japonesa ao Haiti no pós-terremoto, publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão em outubro de 2012, informam o montante de 140 milhões de dólares enviados, dos quais cerca de 90% destinados à ajuda emergencial e reconstrução. Equipes médicas especializadas em desastres foram deslocadas para Léogâne na primeira semana pós-terremoto e foram complementadas pela participação da Cruz Vermelha Japonesa e integradas aos esforços da OMS e da UNICEF em ações de prevenção à propagação de doenças contagiosas. Em serviços e obras de reconstrução, o Japão concentrou esforços em saúde e higiene em Léogâne; na reconstrução de hospitais e clínicas no âmbito de seu programa permanente de ajuda internacional intitulado Grass-Roots Human Security Projects⁸; e na reabilitação do hospital de Jacmel (JAPÃO, 2012b).

A experiência e o conhecimento japoneses tem sido oferecida também mediante treinamentos em estratégias de reconstrução após grandes terremotos; implementação de medidas anti-sísmicas no Haiti, através de programa em parceria com o México; e o envio de arquitetos para apoiar a MINUSTAH. Na área de alimentos e agricultura, o Japão desenvolve cooperação triangular com a Argentina e a República Dominicana e destinou cerca de 15 milhões de dólares no apoio a nove ONGs japonesas que continuaram atuando na sequência do período emergencial.

A instalação de um escritório da *Japan International Cooperation Agency* (JICA) organiza as diversas iniciativas de cooperação que parece ocorrer fundamentalmente através de parcerias com ONGs e organismos multilaterais, como a OMS, a UNICEF, PNUD, Fundo de Reconstrução do Haiti, MINUSTAH, entre outros. Por intermédio da JICA, o Japão realiza também a aproximação entre países em situação de vulnerabilidade aos quais presta ajuda. Este foi o caso do seminário que promoveu entre profissionais de saúde do Marrocos e do

Haiti. Os marroquinos receberam profissionais haitianos do Hospital de Jacmel, o mesmo apoiado pelo Japão, para um treinamento no Hospital Universitário de Rabat, valorizado inclusive pela facilidade de comunicação entre países francófonos (JICA, 2012).

Também a **Noruega** tem marcado presença na ajuda ao Haiti. Seu governo destinou 35 milhões de dólares para ajuda emergencial, imediatamente após o terremoto de 2010 (NORUEGA, 2010a). Destes, num primeiro ato formal de cooperação, transferiu cerca de 1 milhão para apoio aos médicos cubanos que já estavam atuando naquele País (NORUEGA, 2010b). A experiência cubana foi enfatizada pelo Ministério das Relações Exteriores da Noruega por sua permanência de anos no Haiti e também pela oferta gratuita de formação em saúde aos haitianos. Esta ajuda se renovou em mais 2 acordos que, até julho de 2012, totalizando aproximadamente 2,5 milhões de dólares (CUBA AND NORWAY..., 2012).

Com planos de destinar até 135 milhões de dólares para a assistência humanitária ao Haiti durante quatro anos desde 2010, a Noruega se propunha a promover o diálogo político e a colaborar para tornar o país menos vulnerável a desastres naturais. Agricultura, reflorestamento e fontes alternativas de energia foram os temas incluídos na cooperação norueguesa com Haiti, além da proteção às mulheres e crianças. A secretária de Estado à época, Ingrid Fiskaa considerava necessário mudar o modo de cooperação no Haiti, tendo em vista os pífios resultados de décadas de assistência àquele País. Para ela, o baixo potencial econômico e a alta concentração de poder teriam contribuído para manter as áreas rurais em situação de empobrecimento. Defendia a liderança do governo haitiano em iniciativas de desenvolvimento, mas ressaltava a necessidade de distribuir mais recursos e poder para autoridades locais e regionais, além de demandar maior transparência e controle dos recursos (NORUEGA, 2010a).

A assistência norueguesa foi canalizada por organizações multinacionais, ONGs, organizações da sociedade civil e cooperação triangular, como a que realiza com Cuba. Integrante do Fundo para Reconstrução do Haiti, a Noruega destina grande parte de seus recursos financeiros para um fundo de doadores, liderado pelo Banco Mundial. Pelo aporte de recursos e a participação em instâncias de decisão, a Noruega se considera um dos parceiros mais importantes do Haiti, ao lado dos Estados Unidos, Canadá e Brasil (NORUEGA, 2010c).

No final de 2012, a Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD) considerava cumpridos seus compromissos econômicos na cooperação ao Haiti, tendo para lá destinado aproximadamente 140 milhões de dólares, dos quais cerca de 35 milhões em ajuda humanitária. A avaliação quanto aos resultados produzidos também foi altamente positiva em áreas prioritárias, tais como governança e diálogo, a prevenção de desastres naturais, energia limpa e saúde. Segundo a Agência, a Noruega tem um foco claro, de longo prazo, no reforço da democracia e das instituições haitianas, consolidando o diálogo entre grupos políticos e a inclusão das mulheres na tomada de decisão, em níveis local e nacional (NORAD, 2012).

Dentre os países da OCDE, a Noruega é a principal presença em ações em cooperação norte-sul-sul, como a já citada (com Cuba).

A cooperação Sul-Sul no Haiti

No que diz respeito à CSS, usamos as fontes da **ALBA-TCP** e da **UNASUR** como referência. Ambas são bastante recentes e estão em fase de consolidação, inclusive no plano administrativo, razão pela qual a sistematização de dados não se encontra padronizada. Apresentaremos, então, os princípios que orientam a ação destes dois organismos, bem como os projetos e ações voltados para o Haiti, no âmbito da cooperação multilateral.

A **ALBA-TCP** se constituiu como um espaço de encontro de povos e governos que entendem a América Latina e o Caribe como uma só grande nação – a Pátria Grande, de Bolívar e Martí. Por isso, consideram que os países aí situados devem estar unidos para enfrentar conjuntamente os desafios que lhes afetam. Orienta-se pelos princípios de solidariedade, cooperação genuína e complementaridade entre os países da região, o aproveitamento racional dos recursos naturais, incluindo seu potencial energético, em função do bem estar do povo; persegue a formação integral e intensiva do capital humano requerido para o desenvolvimento e em atenção às necessidades e aspirações populares (ALBA-TCP, 2009).

A ALBA-TCP adota, para seus projetos, o adjetivo “*grannacional*” e o conceitua no âmbito político, com os seguintes fundamentos: 1.) histórico e geopolítico, baseados na visão bolivariana de união das repúblicas latino-americanas e caribenhas; 2.) sócio-econômicos, baseado na constatação de que a estratégia de desenvolvimento das economias dos países da região voltada para a satisfação das necessidades sociais do povo não podem se limitar ao âmbito local, mas superar barreiras nacionais para fortalecer as capacidades endógenas; e 3.) ideológicos, vindos da afinidade conceitual em torno de uma concepção crítica da globalização neoliberal, da necessidade de um desenvolvimento sustentável com justiça social, soberania e autodeterminação dos povos, articulados com fins de gerar estruturas políticas regionais soberanas. Os projetos *grannacionais* podem ser operacionalizados por intermédio de empresas nacionais já existentes ou pelas *empresas grannacionales*. A dinâmica econômica destas empresas privilegia a produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas e rompe com a lógica de reprodução e acumulação do capital, função das empresas transnacionais. Assim, nem todos os projetos *grannacionales* são operacionalizados por empresas *grannacionales*, mas toda empresa *grannacional* se vincula a um projeto daquela natureza.

Entre as iniciativas mais relevantes da ALBA-TCP está a criação da Petroamérica que, sob a liderança da Venezuela, integra três iniciativas sub-regionais de integração energética: a Petrocaribe (com a adesão de 14 países da região, entre os quais se inclui o Haiti); a Petrosur (reunindo os países do Mercosul) e a Petroandina (reúne os países da Comunidade Andina) (PETROCARIBE, 2009). A Petrocaribe é, atualmente, o principal foco de atuação, no âmbito da qual tem se desenvolvido vários projetos, como a planta de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em operação desde fevereiro de 2007, em São Vicente e Granadinas, Armazenamento e Distribuição de Combustível Vegetal em Dominica inaugurada em junho

de 2009, e a refinaria Camilo Cienfuegos, reativada em Cuba, em operação desde dezembro de 2007, com uma capacidade de produção de 67 mil barris por dia. Há também projetos de geração de energia em desenvolvimento na Nicarágua, Haiti, Antígua e Barbuda, Dominica e São Cristóvão e Neves. Antes da Petrocaribe, os países da região não tinham controle sobre a cadeia de fornecimento de petróleo bruto e de produtos e ficavam à mercê da especulação e de intermediários transnacionais. Além do apoio direto à produção energética, a Petrocaribe também alimenta o Fundo ALBA Caribe, ao qual aportou, até 2013, 179 milhões de dólares em 85 projetos sociais em 11 países da região (PETROCARIBE, 2013). Desde 2006 o Haiti está integrado em acordos com a Petrocaribe, para aquisição de óleos combustíveis em condições especiais de financiamento. Em 2007, o acordo ampliou para 14 mil barris diários de petróleo ao Haiti, dos quais o País assumiu o pagamento de 40% do total, no prazo de 25 anos, com juros anuais de 1% (PETROCARIBE, 2009).

Desde 2007 a Convenção Bolívar – Pétion – Martí (Venezuela – Haiti – Cuba) ratificou a participação da Brigada Venezuelana Internacional no que se define como ‘desenvolvimento integral’: cooperação para a transformação das problemáticas estruturais do Haiti. Naquele mesmo ano, foi instalado, em Porto Príncipe, o Escritório Intergovernamental da Cooperação Tripartite Haiti – Cuba – Venezuela. Planos mais específicos contemplam a cooperação nas áreas de saúde e educação, agricultura e comércio solidário e também três projetos *grannacionales* no âmbito dos recursos energéticos. Dados coletados por Muhr (2012), mostram que, entre os anos de 2007 e o início de 2010 foram aportados pela ALBA-TCP cerca de 154 milhões de dólares, administrados pela Cooperação Haiti – Cuba – Venezuela. Desde o terremoto de janeiro de 2010, estes recursos foram significativamente ampliados. Nos dias que se seguiram ao terremoto, países integrantes da ALBA-TCP, como Equador e Nicarágua reagiram imediatamente com o envio de pessoal para socorro. A marinha e a força aérea da Venezuela se encarregaram de estabelecer, com a participação da Rússia, um “*corredor*” por mar e ar para garantir o recebimento da ajuda enviada ao Haiti.

No final de janeiro de 2010, o Conselho Político da ALBA-TCP definiu, em caráter emergencial, o *Plan para la contribución solidaria de los países de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) al esfuerzo de reconstrucción de Haití*. O Plano contemplou a cooperação nos setores de saúde, logística, infraestrutura, transporte, suporte técnico e abastecimento e criou, no Banco da ALBA, um Fundo Humanitário para aportar recursos para os projetos. O Plano também reforçou a importância de que a reconstrução do Haiti deveria ter no povo e no governo haitianos os principais protagonistas, de modo a garantir a soberania e a integridade territorial. Ao mesmo tempo, criticou a excessiva permanência de forças militares estrangeiras no Haiti, sem motivos e definições claras de autoridade, propósitos, competência e tempo de permanência (ALBA-TCP, 2010). Assim, a ALBA-TCP reitera que o Plano se insere em suas concepções e princípios, não se configurando como um ato isolado de ajuda humanitária, mas como um componente de sua estratégia para o esforço coletivo contra-hegemônico de transformação estrutural.

Muhr (2012) afirma que a ALBA-TCP adota uma abordagem revolucionária, fundamentada

no internacionalismo bolivariano, de manutenção da paz e de intervenção que pode ser entendida como uma 'concepção ampla' do humanitarismo que não significa um humanitarismo militarizado nem um humanitarismo isolado, de assistência técnica de curto prazo. Para ele, a proposta da ALBA-TCP busca transformações estruturais emancipatórias e, para isto, requer alianças militares para se defender de agressivos projetos imperialistas. Por esta mesma razão está sempre pronta a contribuir com os países da região, independentemente de serem membros associados. Assim foi com Honduras, por ocasião do golpe de estado contra o presidente Manuel Zelaya e com o Haiti, antes e após o terremoto de 2010, por exemplo.

A **UNASUR** foi constituída formalmente em 2008, sob a determinação de

construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe.

[...]

[Funda-se nos] princípios de irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável (UNASUR, 2008, p.1).

Assim como ocorre com a ALBA-PCT, a UNASUR também desenvolve inúmeros projetos no Haiti, ainda que o País não figure como seu membro integrante. Desde agosto de 2010 estabeleceu a Secretaria Técnica UNASUR-Haiti, para fortalecer a implementação de decisões tomadas em encontro dos chefes de Estado membros, em fevereiro do mesmo ano em Quito, entre as quais:

Contribuir para que a cooperação internacional que chegue ao Haiti responda à demanda, às necessidades e às prioridades do país, no marco do mais absoluto respeito à soberania nacional e ao princípio de não intervenção nos assuntos internos. Nessa mesma linha, apoiar o fortalecimento das instituições do Estado haitiano, com o objetivo de promover a eficácia da cooperação, o desenvolvimento social e econômico sustentável, o aprofundamento da democracia e a preservação da paz e da segurança.

[...]

Concretizar uma nova cooperação sul-sul, mediante o acompanhamento a médio e longo prazo do processo de reestruturação, respeitando a soberania do Haiti, que contemple o fortalecimento das instituições do Estado e o desenvolvimento da capacidade local.

[..] (UNASUR, 2010).

Por solicitação do então presidente René Preval, os chefes de Estado da UNASUR decidiram contemplar prioritária e imediatamente os seguintes eixos:

Infraestrutura e energia: a) construção viária: recursos para aquisição de material, máquinas e dotação de contingentes de engenheiros, para contribuir para a infraestrutura do Haiti, em particular por meio da construção de vias que serão determinadas pelo Governo haitiano; b) energia: recuperar a rede elétrica e estudar o impacto, como alternativa energética, do gás na realidade haitiana;

Agricultura: contribuir para a reconstrução do setor da agricultura e produção alimentar mediante a doação de sementes, insumos, fertilizantes; e o envio de especialistas. Neste tema serão levados em conta os modelos “Pro-huerta” e o Programa de Segurança Alimentar.

Saúde: incrementar as ações já implementadas pelo Conselho Sul-Americano de Saúde (UNASUR, 2010).

Para dar conta destas tarefas, foi criado o Fundo da UNASUR, para financiar as ações nos três eixos, a princípio com uma dotação de 100 milhões de dólares vindos de contribuições dos países, além da solicitação ao BID de um crédito, de longo prazo, de até 200 milhões de dólares, com baixa taxa de juros, assumido pelos países da UNASUR. Um balanço feito em 2011 acerca dos recursos empregados e dos projetos em execução no Haiti informavam o repasse de 70 milhões de dólares, para a execução de 114 projetos e o compromisso de implementação de mais 77 (GIRALDI, 2011).

Na área da saúde, a UNASUR conta, desde 2010, com o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS),

uma entidade intergovernamental de caráter público que tem como principal objetivo promover o intercâmbio, a reflexão crítica, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo da política e governança em saúde. Com o intuito de colocar à disposição dos Ministérios da Saúde da América do Sul as melhores práticas e evidências que qualificam a gestão em saúde, o ISAGS dedica-se também ao desenvolvimento de lideranças em sistemas, serviços, organizações e programas na área da saúde, assim como ao apoio técnico às instituições de governo do mesmo setor (ISAGS, 2011).

Em março de 2012, a UNASUR publicou o *Informe de Actividad*, um relatório sintético das atividades desenvolvidas pela Secretaria Técnica UNASUR no Haiti, desde sua criação. O documento reafirma o espírito da cooperação Sul-Sul, não invasiva, de respeito à identidade cultural, à história do País e da região e o desafio de (re)construir a soberania estatal (UNASUR, 2012). Os projetos atenderam aos eixos previamente definidos pela UNASUR e pelo Governo do Haiti, cobrindo as áreas de Saúde, Segurança alimentar Habitação e Reforço do Estado de Direito, num total de aproximadamente 5 milhões e 600 mil dólares comprometidos até 2012 (UNASUR, 2012).

Como observam Buss e Ferreira (2010, p. 107) “as áreas da agricultura, saúde, educação e construção de institucionalidade estão entre as principais áreas recentemente cobertas pela cooperação Sul-Sul”. No caso específico da área da saúde na UNASUR, os autores

consideram-na exemplar para a CSS, contribuindo para consolidar a noção de ‘diplomacia da saúde’ articulada pelos Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores dos países membros.

Mapeando as ações de países específicos, identificamos ações e projetos específicos de Argentina, Equador, Venezuela, Cuba e Brasil, que sintetizamos na sequência.

Embora a presença da **Argentina** no Haiti tenha se fortalecido a partir de 2004 mediante sua participação na MINUSTAH, o governo argentino já havia integrado missões como a de 1994 que garantiu a primeira eleição de Jean-Bertrand Aristide; o País é membro, desde 2001, das duas versões do Grupo de Amigos do Haiti, um articulado pela ONU e outro pela OEA (LENGYEL, 2006).

Documento da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) mostra que, em 2008, a Argentina era o país, no âmbito da CSS, com maior número de projetos no Haiti (56), com destaque para 32 na temática Governo e Sociedade Civil. À época, não se registraram projetos na área da saúde (SEGIB, [2010]).

Os projetos de cooperação da Argentina com o Haiti são organizados pelo Fondo Argentino de Cooperación Sur-Sur y Triangular (ARGENTINA, [2012?]). Dentre as três categorias de projetos desenvolvidos por este organismo - Administración y gobernabilidad; Derechos Humanos e Desarrollo Sustentable – destacamos, em razão do propósito deste trabalho, o projeto *Cuantificación del gasto público dirigido a la niñez*, cujo objetivo central é contribuir para fortalecer as capacidades do Governo haitiano para a quantificação, análise e tomada de decisão sobre o gasto público, desenvolvido numa cooperação triangular entre Argentina, Haiti e UNICEF; e o projeto *Autoproducción de Alimentos Frescos Pro Huerta*, iniciado em 2005, com o objetivo de colaborar com o Haiti em matéria de segurança alimentar, mediante a promoção da autoprodução de alimentos em hortas comunitárias em âmbito familiar, escolar ou municipal. Este projeto é também fruto de cooperação triangular entre os governos argentino, haitiano, espanhol e canadense (UNASUR, 2012).

Segundo o embaixador equatoriano, Carlos López, a cooperação entre **Equador** e Haiti se orienta pelo conceito de cooperação para o desenvolvimento, privilegia a assistência técnica e não a ajuda financeira, uma vez que seu País enfrenta limitações de recursos. Por norma constitucional, atua em respeito à soberania e à vontade política do Haiti, sob a consígnia da CSS e não de ajuda paternal e menos ainda com interesse de exercer influência política regional, como tradicionalmente fazem as potências imperialistas em suas ações de cooperação internacional (LÓPEZ, 2012).

Em 2011, Equador e Haiti assinaram o segundo acordo diplomático para cooperação bilateral dos últimos quarenta anos de relações entre os dois países. Entre as ações elencadas constam a recepção de técnicos haitianos para estudar os programas sociais do Governo do Equador, no sentido de analisar a possibilidade de aplicação ao Haiti; o modelo equatoriano de administração da cooperação e de planejamento, descentralização e organização territorial do Estado. Sob este acordo, o Equador destinou 15 milhões de dólares para a reconstrução de pontes e infraestrutura viária na região de Artibonite. O Haiti manifestou interesse também nos sistemas equatorianos do Programa de Protección Social, Bono de Desarrollo Humano

e na Red de Protección Solidaria, que passaram a integrar a agenda da cooperação entre os dois países, com o aporte de mais 15 milhões de dólares (TELESUR, 2012).

Os projetos desenvolvidos pelo Equador, identificados em documentos da UNASUR (2012) concentram-se em um Convênio de Cooperação em matéria de defesa, celebrado entre as Forças Armadas do Equador e o Ministério da Defesa do Haiti, para capacitar os haitianos a responder de maneira adequada aos desastres naturais que atingem a população; no projeto *Transformación de productos agrários*, firmado em 2012 para promover a reabilitação de plantas transformadoras de produtos agrícolas, como laranja, café e bambu, desenvolvido na zona norte do Departamento de L'Artibonite, operado pela Fondation pour le Developpement Durable et Integre de Marmelade (FONDDIM) e Brigada Cubana ; e no apoio à Secretaria Técnica da UNASUR que projeta e financia a construção de moradias provisórias para alojar famílias desabrigadas em Canaã, na comunidade de Croix des Bouquets.

A raiz da aproximação **Venezuela** – Haiti está no que Chávez reconheceu como uma dívida histórica (MUHR, 2012). O Haiti, sob o governo de Alexandre Pétiou, apoiou a luta de libertação de Bolívar, abrigando-o em seu exílio e oferecendo-lhe apoio financeiro e armas. Entretanto, não foi incluído entre os países latino-americanos convidados à Conferência do Panamá, em 1826, liderada pelo mesmo Bolívar (GORENDER, 2004). Além disso, o envolvimento dos Estados Unidos (apoiado pela França e pelo Canadá) no golpe de estado contra Aristide em 2004 é considerado no mesmo padrão dos golpes contra o próprio Chávez em 2002 e Zelaya em 2009, tornando-se também mais uma razão para a solidariedade venezuelana ao Haiti.

O protagonismo que assumiu a Venezuela na cooperação com o Haiti, após o Governo Chávez é inegável. Por via direta ou incrementando decisivamente ações e projetos através da ALBA-TCP ou da UNASUR, em ações bi ou trilaterais, a Venezuela é, juntamente com Cuba, um dos principais atores na cooperação ao Haiti. Como mostramos, a Petrocaribe ancora diversos projetos na região e no Haiti. Fornece combustíveis e apoia a instalação de plantas localmente, responsáveis pela geração de 20% da energia do País em 2011. Em visita à Venezuela, em dezembro de 2011, o Presidente Martelly afirmou ser a ajuda da Venezuela a de maior impacto sobre a reconstrução do Haiti (VENEZUELA, 2012; VENEZUELANALYSIS.COM, 2012).

Com efeito, a Venezuela parece atuar como grande articulador de acordos e parcerias cooperativas, fundamentalmente com governos da região. Além do Acordo Haiti – Cuba – Venezuela, já citado, desenvolve parceria com o governo e a Brigada Cubana para a construção de um hospital, com investimentos de 78 mil dólares. Outros projetos nas áreas de alfabetização massiva, energia, reflorestamento e turismo estão sendo desenvolvidos no âmbito deste acordo (ALBA TV, 2012). Em agosto de 2012 foi firmado o Acordo Venezuela – Argentina – Haiti, para desenvolver o programa de *Fortalecimiento de los Sectores Agropecuario y de la Salud en Haití* (DEPABLOS, 2012). Os quatro países (Venezuela, Argentina, Cuba e Haiti) acordaram também a criação de uma sociedade mista para administrar os fundos de um dos projetos da Petrocaribe no Haiti para a construção de abrigos, a doação de infraestrutura para a educação e o pagamento de 300 bolsas a jovens carentes (TELESUR, 2012).

A presença de **Cuba** no Haiti, particularmente na área da saúde, antecede em muitos

anos o desastre de 2010. É bastante comum ouvir ou ler a frase de cubanos e haitianos: “os cubanos não foram os primeiros a chegar ao Haiti [em referência ao terremoto de 2010] porque eles já estavam aqui”. Centenas de profissionais em saúde já se encontravam no Haiti desde 1998, após a ocorrência do furacão Georges, que destruiu 80% das áreas cultivadas, desalojou 167 mil habitantes e matou 230 pessoas. O fato rompeu com um período de 36 anos de ausência de relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, vários projetos foram desenvolvidos, sendo o principal deles na área de cooperação sanitária. Além do envio de profissionais em saúde ao Haiti, também é desse período a oferta de formação a jovens haitianos na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) (KIRK E KIRK, 2010). O documento da SEGIB [2010], mostrava Cuba como o segundo país em número de projetos no Haiti (22), dos quais oito na área de saúde e um em abastecimento e saneamento de água.

Entre os anos de 1998 e 2010, trabalharam no Haiti aproximadamente 6000 profissionais cubanos e, de 1999 a 2010, foram formados cerca de 550 haitianos na ELAM, tendo já iniciado a formação de mais 560. Segundo Kirk e Kirk⁹ (2010), no momento do terremoto havia, no Haiti, 744 médicos cubanos. Imediatamente após o terremoto o governo cubano enviou 350 membros da Brigada Médica Internacional Henry Reeve. Outros 546 profissionais formados pela ELAM e originários de diferentes países, além de 184 alunos haitianos de quinto e sexto ano estiveram no Haiti, trabalhando em 20 centros de reabilitação e 20 hospitais. Cerca de 50% dos médicos cubanos dirigiram-se para o interior do País. Os autores citaram também o projeto apresentado à OMS para reconstruir o sistema de saúde pública do Haiti, este que realiza com o apoio da ALBA-TCP e do Brasil, incluindo a construção de hospitais, policlínicas e escolas de medicina. Em novembro de 2011, Cuba confirmou ao presidente haitiano a construção de sete hospitais e cinco centros de saúde (DEFEND.HT, 2011).

Enquanto a Venezuela atua como um articulador regional, aportando recursos que viabilizem ações, Cuba assume a operacionalização de diversos projetos em solo haitiano. Além da forte liderança na CSS, Cuba tem tido importante presença na cooperação triangular, inclusive operando com recursos dos países centrais, situados entre os 10 maiores doadores da OCDE. Assim é com a Noruega, com quem o governo cubano realiza e renova frequentemente acordos para garantir a permanência dos serviços médicos cubanos no Haiti. Em julho de 2012, em acordo firmado entre os dois países, a Noruega aportou 800 mil dólares para a Brigada Cubana no Haiti (CUBADEBATE, 2012). Em 2013, o embaixador cubano no Haiti, Ricardo Garcia contabilizou cerca de 19 milhões de atendimentos feitos pela Brigada Cubana desde sua chegada ao Haiti e reafirmou o compromisso em permanecer naquele País, com vistas a contribuir para o fortalecimento de seu sistema público de saúde (MÉDICOS CUBANOS... 2013).

O **Brasil**, além de coordenar a Minustah, assinou, em março de 2010, o Memorando de Entendimento Brasil-Cuba-Haiti, em Port-au-Prince, com a presença dos Ministros da Saúde do Brasil e de Cuba, e do então Presidente Henry Preval. O Memorando tem por objetivo a conjugação de esforços para realizar atividades de recuperação da infraestrutura e a capacitação de profissionais de saúde que fortaleçam o sistema público de saúde do

Haiti. Ao Brasil cabe apoiar a recuperação e construção de unidades hospitalares; contribuir para a aquisição de equipamentos, ambulâncias e insumos de saúde; viabilizar bolsas para capacitar profissionais de saúde haitianos; apoiar a qualificação da gestão assistencial e da vigilância epidemiológica no Haiti; apoiar medidas de fortalecimento do sistema de atenção básica do Haiti. A Cuba compete dar apoio e assessorar a logística das operações; colaborar com a disponibilização de profissionais de saúde e de apoio; apoiar a formação de profissionais de saúde haitianos. Cabe ao Haiti identificar áreas para instalação das unidades de saúde; identificar unidades de saúde a serem reformadas; apoiar a identificação da logística, fornecer segurança às unidades de saúde; identificar os profissionais de saúde a serem qualificados; identificar jovens secundaristas para serem formados na área técnica de saúde; responsabilizar-se pela totalidade do salário do pessoal haitiano que trabalhará nas instalações contempladas pelo Memorando. A chamada cooperação tripartite é coordenada por um Comitê Gestor, com representantes dos Ministérios da Saúde dos três países. Esse Comitê articula todos os demais componentes do Memorando em seus respectivos países.

Até o terremoto de 2010, não se registrava presença do Ministério da Saúde do Brasil em projetos no Haiti. Imediatamente após o desastre, foi constituído um Grupo de Trabalho que atuou na organização de operações emergenciais, como a ida de voluntários, a doação de medicamentos, equipamentos e insumos; etc. Esta atuação de emergência se alterou com a ida do Coordenador Nacional de Saúde no Mercosul ao Haiti. Após esta visita, ocorrida em fevereiro de 2010, começaram a ser delineados os termos que resultaram na elaboração do Memorando. Os principais eixos de implementação sob responsabilidade brasileira são: apoio à organização e qualificação da gestão dos serviços de saúde; apoio à organização e qualificação da vigilância epidemiológica e do programa nacional de imunização; concessão de bolsas para que profissionais de saúde haitianos atuem nos unidades de saúde, prioritariamente em suas comunidades; apoio à formação de agentes comunitários de saúde; apoio à criação de uma Escola Técnica de Saúde em Serviços; apoio à implantação do Instituto Haitiano de Reabilitação (em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Agência de Cooperação do Itamaraty e Instituto de Responsabilidade Social do Hospital Albert Einstein); fortalecimento da vigilância epidemiológica e do programa de imunização; apoio à construção e adequação de quatro unidades modulares tipo Unidades de Pronto Atendimento (UPAs); reforma de unidades de saúde danificadas; aquisição de equipamentos e mobiliários; aquisição de 20 ambulâncias de transporte 4x4 para servir às unidades de saúde; construção de módulos habitacionais para profissionais de saúde bolsistas junto às unidades de saúde comunitárias; aquisição de equipamentos de informática; aquisição de medicamentos, insumos e material médico-hospitalar.

Pode-se sintetizar a lógica que vem definindo a atuação conjunta de Brasil, Cuba e Haiti: fortalecimento do Estado haitiano, especificamente no que diz respeito à capacidade de atuação em saúde; envio e implantação de equipamentos de saúde; garantia do envio de insumos para os dois primeiros anos de operação dos novos equipamentos; formação de profissionais em todos os níveis e reforço dos laços comunitários. Além de laços culturais, Brasil

e Cuba compartilham uma mesma concepção com relação aos princípios que devem organizar um sistema de saúde, já que ambos consideram a saúde como um direito social universal.

Em balanço realizado em março de 2013, em Brasília, com a presença dos Ministros da Saúde do Brasil e do Haiti e da Vice-Ministra de Saúde de Cuba, a ação foi avaliada como a mais importante participação brasileira em cooperação em saúde até o então. Todos destacaram o caráter interativo e solidário desta Cooperação Tripartite. As equipes dos três países atuam conjuntamente e definem prioridades a partir de manifestações dos representantes do governo haitiano. A crise nos países centrais e a decorrente queda no envio de recursos foi apontada como mais um elemento a fortalecer a importância da CSS. O modelo inovador de gestão, através do Comitê Gestor foi também indicado como um dos fatores determinantes para a obtenção de resultados. Mas, como ressaltou o chefe da Assessoria Internacional de Assuntos de Saúde do Ministério brasileiro: “o princípio é atender a demandas e não oferecer o que se deseja [...]. A palavra final é sempre do receptor”¹⁰.

Atores não governamentais na cooperação internacional no Haiti: as ONGs

Segundo Kraychete (2012) foi a partir dos anos 1970, que as ONGs foram incorporadas pelas organizações internacionais intergovernamentais em fóruns internacionais a partir das proposições da *boa governança*. Mas, somente a partir dos anos 90 essas organizações ganharam maior visibilidade e tornaram-se praticamente ícones da eficácia no desempenho de funções que o Estado, na concepção neoliberal, já não era capaz ou efetivamente não deveria assumir.

No bojo de transformações porque passaram também os organismos multilaterais, como os do sistema ONU e as novas orientações das agências de cooperação internacional, as ONGs representaram possibilidades organizacionais inovadoras e muito oportunas. No Haiti, anteriormente ao terremoto de 2010, as ONGs já haviam se tornado as principais receptoras de recursos de agências como a USAID ou a Associação Canadense para o Desenvolvimento Internacional; a União Europeia; entidades públicas ou privadas, como com o Fundo Global de Combate a AIDS, Malária e Tuberculose. Além disso, através de Fundos de Assistência Econômica e Social, as ONGs estavam começando a receber recursos de empréstimos do próprio Haiti, especialmente através do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (SCHULLER, 2007).

Após o terremoto, o número de ONGs no Haiti cresceu enormemente assim como a imprecisão quanto a quantidade delas. Unda e Dasmár¹¹ [2011?], por exemplo, falam em 10.000 ONGs que recebem e administram a ajuda internacional. Lengyel e Malacalza (2009), falam em cerca de 750 ONGs que canalizam algo como 70% de todos os fundos da cooperação internacional para o desenvolvimento no Haiti.

O fato é que, com toda a discrepância entre os números, há uma forte presença de ONGs na operacionalização da ajuda internacional no Haiti, particularmente após o terremoto. Na tentativa de sistematizar informações sobre estes atores tão presentes na cooperação

internacional em saúde naquele País, concentramos nossa busca no sítio do Ministério da Saúde Pública e da População do Haiti (MSPP) e do Haiti Aid Map¹². De um total de 169 ONGs identificadas, de 19 países diferentes¹³, 148 estão registradas no MSPP. Vinte e nove delas desenvolvem projetos junto ao MSPP. Obtivemos informações sobre os orçamentos de 62 delas, totalizando cerca de 755 milhões de dólares. Os países que concentram o maior número de ONGs são EUA (97); França (11) e Alemanha (8).

Dentre as ONGs estadunidenses registradas nas fontes consultadas, destacamos a Bill Clinton Foundation, pelo volume de recursos que mobiliza e por seu modo de atuação no Haiti. Imediatamente após o terremoto, a Bill Clinton Foundation criou um fundo de USD 16,4 milhões, com origem em doações individuais. Desde 2010 gastou cerca de USD 28 milhões, incluindo fundos de ajuda, projetos de restauração de comunidades no Haiti, desenvolvimento sustentável e capacitação.

Seus principais doadores são: The Children's Investment Fund Foundation; UNITAID; USAID; Bill & Melinda Gates Foundation, Stephen L. Bing; COPRESIDA-Secretariado Técnico; Fred Eychaner; Frank Giustra; The Radcliffe Foundation; Tom Golisano; The Hunter Foundation; Kingdom of Saudi Arabia; The ELMA Foundation; Theodore W. Waitt, 2012) (CLINTON FOUNDATION, 2012).

Entre seus principais beneficiários estão as ONGs: Partners In Health, com \$ 250.000 dólares; Save the Children, com \$ 250.000; Médecins du Monde, com \$250.000 dólares; Médicos Sem Fronteiras, com \$250.000 dólares; Oxfam, com \$ 250.000 dólares, em serviços diversos que incluem saúde e saneamento (CLINTON FOUNDATION, 2011) .

A Fundação Bill Clinton parece ter se tornado uma espécie de central de arrecadação e distribuição: arrecada recursos financeiros de entidades e indivíduos de todo o mundo e os redistribui para ONGs e organizações multilaterais que atuam no Haiti. É certo que este é um tema que precisa ser bastante aprofundado para que se possa fazer avaliações consistentes. Entretanto, alguns estudiosos têm manifestado preocupação com a proliferação de ONGs em atuação no Haiti e por razões que merecem atenção.

Ricardo Seitenfus, ex-representante da OEA no Haiti, em entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, em dezembro de 2010 e reproduzida em sítio pessoal, mostrava que

Desde o terremoto, o Haiti se tornou uma encruzilhada incontornável. Para as ONGs transnacionais, o Haiti se transformou em um lugar de passagem forçada. Eu diria que é ainda pior: um lugar para a formação profissional. A idade dos colaboradores que chegaram depois do sismo é muito baixa, eles desembarcam no Haiti sem nenhuma experiência. E o Haiti, eu posso afirmar, não convém aos amadores. Depois de 12 de janeiro, devido ao recrutamento massivo, a qualidade profissional baixou muito. Existe uma relação maléfica ou perversa entre as forças das ONGs e a fraqueza do Estado haitiano. Algumas ONGs só existem por causa da desgraça haitiana (SEITENFUS, 2010).

Lengyel e Barnabé (2009), vinculados ao projeto *La reconstrucción de Haití: fortaleciendo*

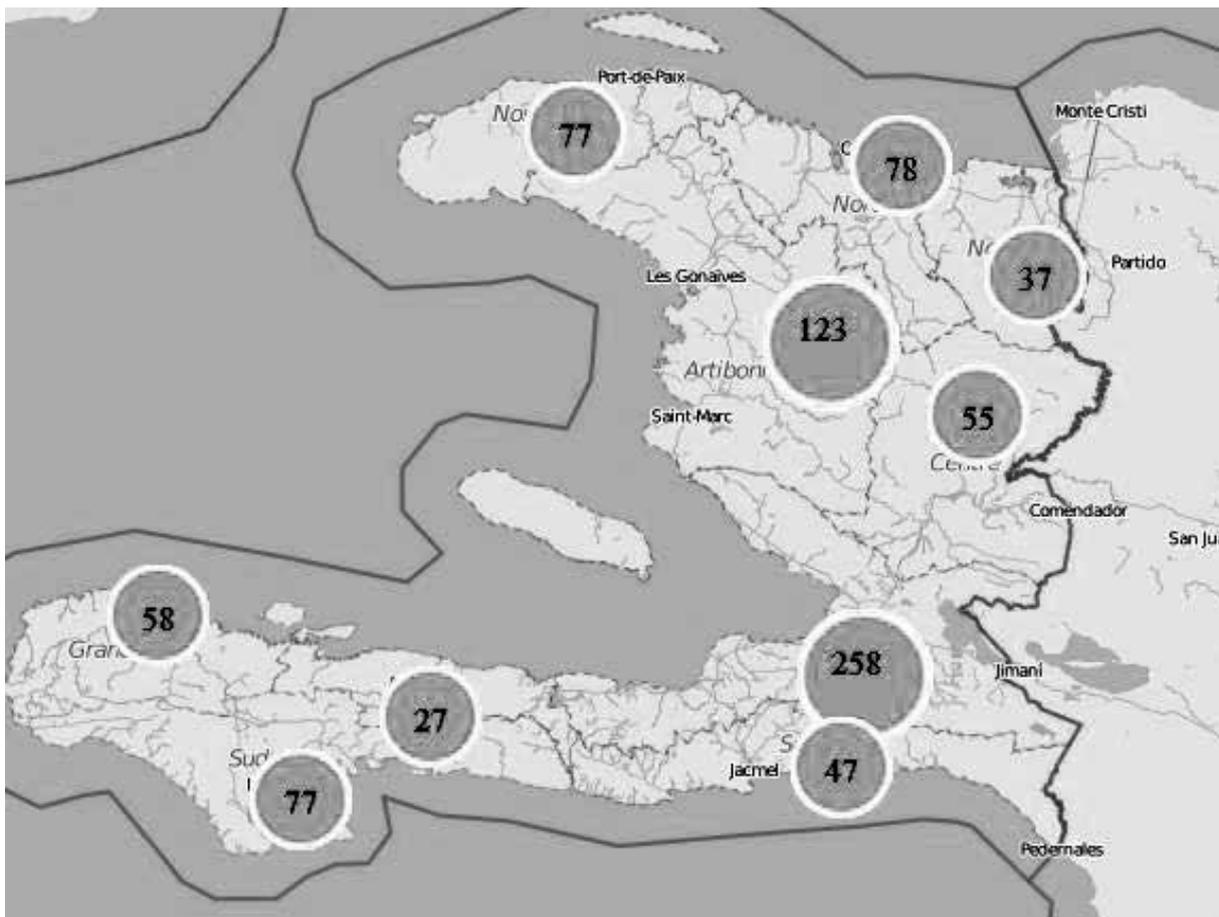


Figura 2: Distribuição de instituições e ONGs em saúde no Haiti
 Fonte: <http://www.mspp.gouv.ht/cartographie/index.php> (2013).

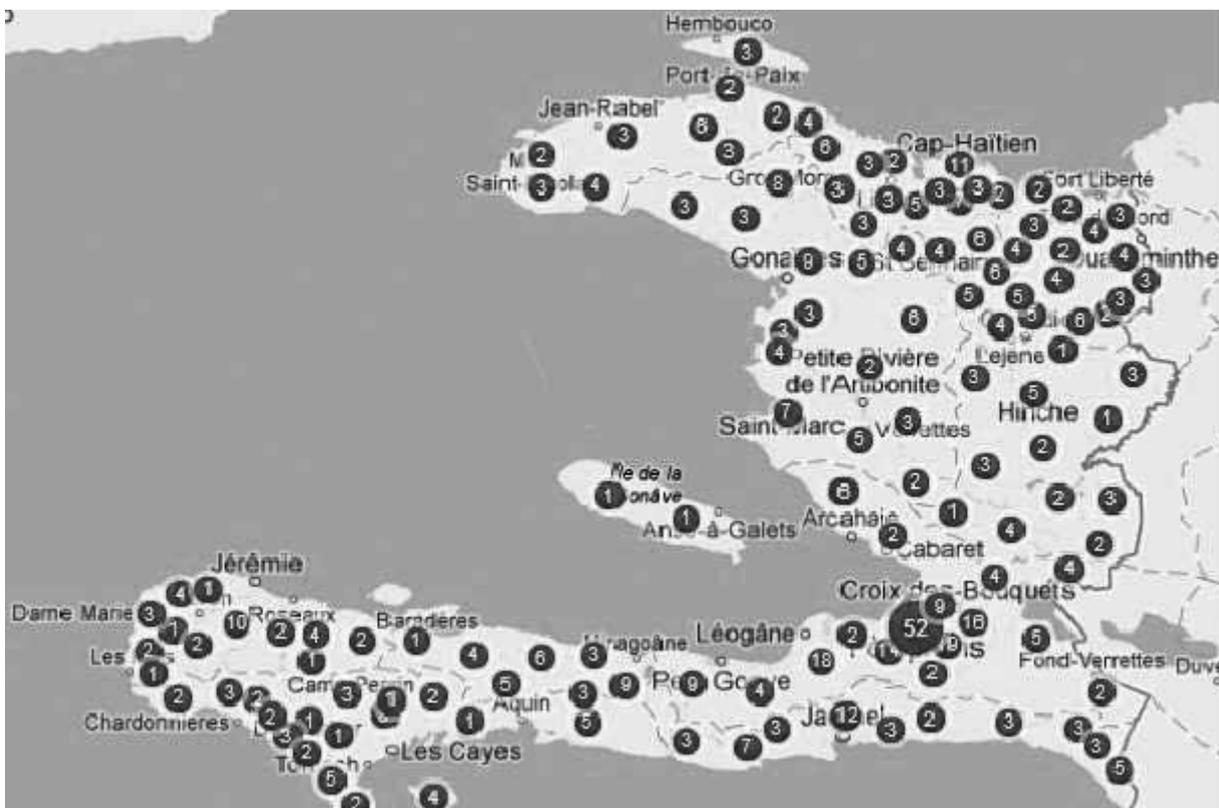


Figura 3: Distribuição de projetos de ONGs em saúde no Haiti
 Fonte: <http://haiti.ngoaidmap.org/> (2013).

las capacidades de Argentina para una cooperación efectiva, da FLACSO – Argentina, ponderam que a forte presença das ONGs e os recursos que recebem não necessariamente garantem resultados e qualidade na cooperação internacional. Consideram eles que é importante identificar quais as consequências da substituição do Estado na prestação de serviços, ou, o quanto esse mecanismo dificulta o desenvolvimento de habilidades e de relações consistentes entre o Estado e os cidadãos. Concluem que, em alguns casos, a colaboração de ONGs pode ser muito positiva e em outros, não. Por isso, alertam para a necessidade de controlar os riscos desta opção que vem sendo tão generalizadamente feita, especialmente por organismos multilaterais.

Possibilidades analíticas: imperialismo e internacionalismo como princípios da cooperação internacional

Salta aos olhos o volume de recursos mobilizados pela comunidade internacional nesse grande desafio que a população haitiana tem enfrentado, especialmente desde o terremoto de 2010. Sob justificativas similares, no plano da oratória, diferentes noções de cooperação internacional se põem em movimento no Haiti e, no confronto com a realidade, também se misturam. Mas, não se pode ignorar as divergências de fundo, ou, de princípios, entre as abordagens da CNS e as da CSS.

Segundo Dar (2008), o tema da saúde é ainda um aspecto crítico quando se fala em desenvolvimento; afirma ele que ainda que se presta pouca atenção ao modo como as agências de desenvolvimento assimilam acriticamente ideias de gestão do desenvolvimento, colocando-as de forma inapropriada ao setor de gestão da saúde.

No campo da cooperação internacional em saúde nos parece que a análise feita por Dar (2008) são bastante apropriadas aos países que operam sob a abordagem da CNS no Haiti. Em se tratando de relações entre diferentes nações, podemos inferir conexões entre essa orientação e a noção de imperialismo.

Rosa Luxemburgo foi uma das principais intelectuais marxistas a discutir o tema do imperialismo, na tentativa de compreender o problema da reprodução ampliada do capital. Para ela, a reprodução ampliada ocorria a partir da extração do valor-trabalho na fábrica, na mina e na empresa agrícola, conformando o proletariado industrial das economias capitalistas. Mas, considerava também decisivo o valor adquirido por meio da incorporação de espaços naturais e sociais pré-capitalistas. Em seu tempo histórico, seriam as zonas agrícolas de economia camponesa e artesanal, sobreviventes da época feudal, a comuna oriental camponesa, que ainda sobrevivia na Rússia e, principalmente, a ampla zona colonial do mundo. Para ela, o imperialismo era um movimento intrínseco à acumulação do capital (ROIO, 2009). Nessa elaboração de Rosa Luxemburgo, a partir do livro 2 d'O Capital, de Marx, pensadores contemporâneos se basearam para uma atualização do imperialismo no século XXI. Neste texto recorreremos a David Harvey (2010) e a Samir Amin (2005).

Harvey (2010, p. 31) qualifica e define o que chama de uma variedade especial de imperialismo: o imperialismo capitalista. Este é

uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia).

A primeira – ‘a política do Estado e do império’ – enfatiza as estratégias política, diplomática e militar de um Estado ou de um conjunto de Estados que se constituem como bloco de poder político e lutam para impor seus interesses e “realizar suas metas no mundo mais amplo”. A segunda – ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ – explicam o modo pelo qual o fluxo do poder econômico estabelece uma trajetória em um espaço contínuo, em direção a entidades territoriais (como Estados ou blocos regionais, por exemplo) ou em afastamento delas. Tais processos moleculares ocorrem por meio de práticas cotidianas de produção, troca, comércio, fluxos de capitais e informações, transferências monetárias, migração do trabalho, transferência de tecnologia, influências culturais etc. (HARVEY, 2010, p. 31-32).

Amin (2005) afirma que o imperialismo não se vincula a uma etapa do capitalismo nem sequer a seu estado supremo. É, desde sua origem, inerente à expansão desse sistema. E agora já não mais um imperialismo unilateral, mas um imperialismo coletivo, ou, um novo imperialismo da tríade: Estados Unidos, potências europeias e Japão. Para ele, passadas a primeira e a segunda fase do desenvolvimento do imperialismo¹⁴, chegamos a uma terceira onda imperialista de devastação do mundo, fortalecida com a queda do sistema soviético e dos regimes de nacionalismo popular no terceiro mundo. Os objetivos do capital permanecem os mesmos – o controle da expansão dos mercados, o saqueio dos recursos naturais do planeta, a superexploração da mão-de-obra da periferia. Mas, operam em condições novas e, em alguns aspectos, bastante diferentes das que se apresentavam nas fases anteriores do imperialismo. Segundo Amin, (2005, p. 104) “o discurso ideológico destinado a fazer coincidir as opiniões dos povos da tríade central se renovou e agora se fundamenta no ‘dever de intervir’, que legitimaria a defesa da ‘democracia’, dos ‘direitos dos povos’, o espírito ‘humanitário’ (SAMIN, 2005, p. 104). Esse “espírito humanitário” integra o que se tornou uma obrigação inevitável na retórica dominante: ‘a luta contra a pobreza’, no mesmo momento em que o capitalismo parece mais vitorioso.

As reflexões de ambos os autores citados parecem muito próximas às estratégias que os países da OCDE desenvolvem no âmbito da CNS no Haiti. O “capitalismo de desastre”, como o qualificou Klein (2007) e já explorado por Misoczky no capítulo presente neste livro para demarcar os aspectos distintivos da cooperação Brasil – Cuba – Haiti, ilustra uma das

diferentes formas imperialistas de estratégia política, diplomática ou militar encontradas pelos países centrais em suas operações naquele país. Como afirma Klein (2005),

Parece que cada vez porções maiores do globo estão sob reconstrução ativa: sendo reconstruídas por governos paralelos compostos por empresas de consultoria, companhias de construção, mega ONGs, agências das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais. Das pessoas vivendo nestes locais de reconstrução – do Iraque a Aceh, do Afeganistão ao Haiti – se ouve um coro similar de queixas: o trabalho é muito lento quando ocorre; os consultores vivem muito bem com despesas e salários elevados, enquanto os locais não têm acesso a trabalho, treinamento e decisões; os *construtores de democracia* dão aulas para os governos sobre a importância da transparência e da boa governança, ainda que a maioria dos contratados e das ONGs se recusem a abrir seus registros para os mesmos governos, muito menos autorizam o controle sobre como os recursos de ajuda são gastos (KLEIN, 2005, p.2).

Aparelhadas por interesses imperialistas, as diversas intervenções militares, desde a ocupação francesa, passando pelas seguidas vezes em que os EUA lá se impuseram, mas também pelas forças internacionais, como a própria Minustah, não tem permitido que o Estado haitiano se estabeleça em seu sentido weberiano clássico – aquele que detém o monopólio da força. A força, no Haiti, ainda está sob o comando de quadros estrangeiros. Ou seja, a própria concepção de Estado é posta em questão pelos mecanismos imperialistas. A constante referência à fragilidade institucional daquele País somado à repetida informação de que aquele é o país mais pobre do ocidente, camufla a produção da pobreza engendrada pelo imperialismo desde sua primeira fase. Ou, como afirma Hallward (2010), a pobreza haitiana é o “legado direto do que, talvez, seja o sistema mais brutal de exploração colonial na história do mundo [...]”.

Já as ações de cooperação no âmbito da ALBA-TCP e UNASUR parecem se orientar por princípios internacionalistas. Estes princípios, anunciados originalmente no Manifesto do Partido comunista, escrito por Marx e Engels entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, tiveram como justificativa a necessária solidariedade entre os trabalhadores do mundo. Para Löwy (1998) o desafio de superar a exploração capitalista não se restringe aos proletários mas ao conjunto das vítimas, de categorias e grupos sociais oprimidos desse sistema. Considerando as afirmações de Marx e Engels no Manifesto, Löwy (1998) considera que o internacionalismo era, ao mesmo tempo, uma estratégia de organização e luta do proletariado contra o capital e uma expressão da perspectiva humanista revolucionária. Assim, a emancipação humana seria o valor ético supremo e o objetivo final da luta socialista.

Durante a Primeira Guerra Mundial o nacionalismo superou a expectativa de solidariedade entre os trabalhadores, colocando-os em confrontos por suas nações-estado. Este fato levou a generalização de um suposto antagonismo totalizante entre nacionalismo e internacionalismo no pensamento marxista. Löwy (2000) esclarece que este antagonismo é uma falácia, uma vez que a oposição do marxismo é à ideologia nacionalista, ou seja,

à elevação do nacionalismo como valor extremo pelo qual são suprimidas as diferenças de classe e unificados os sujeitos em lutas de interesses tornados universais pela classe dominante. Para ele, o internacionalismo socialista não rejeita as tradições históricas e culturais nacionais. Os movimentos internacionalistas de cada país falam a língua nacional e, evidentemente, falam a linguagem da história e da cultura nacionais – “especialmente, claro, quando essa cultura é oprimida” (LÖWY, 2000, p. 89).

Nessa concepção, o internacionalismo tem, como condição essencial da solidariedade internacional, o reconhecimento dos direitos nacionais. Somente assim é possível compreender ações de cooperação que, para além de atender a demanda de países e povos em situação de precariedade, respeita sua soberania e autodeterminação.

A tradição cubana em ações internacionalistas na área da saúde foi inaugurada em 1963, apenas quatro anos após a Revolução, num período que certamente requeria todas as forças para a construção de sua nova história. A primeira missão médica cubana foi enviada à Argélia naquele ano e, desde então o País assumiu o compromisso de “cuidar das populações pobres do planeta em nome da solidariedade internacionalista” (LAMRANI, 2013).

Löwy acredita que “uma nova cultura internacionalista está se formando” no século XXI, “principalmente na América Latina”, com o surgimento de uma esquerda revolucionária sensível às questões internacionais [...]”. Este é certamente o caso da Venezuela, com a ascensão de Chávez ao poder e as diversas iniciativas que tomou para a reconstrução da solidariedade latino-americana. Algumas das iniciativas listadas neste trabalho são representativas, como a formação da PetroCaribe e as demais ações que desenvolvem no Haiti, especificamente.

Considerações finais

Procuramos, neste trabalho, reunir informações sobre os atores envolvidos com a cooperação internacional em saúde no Haiti. A busca por informações foi extensiva e a profusão de fontes criou dificuldades adicionais à tarefa. Entretanto, tentamos nos concentrar em dados objetivos para termos o que chamamos de um perfil da cooperação internacional em saúde no Haiti. Salta aos olhos o volume de recursos mobilizados pela comunidade internacional nesse grande desafio que muitos rotulam como a reconstrução do Haiti. Em que pese toda a carga ideológica dessa “reconstrução”, o fato é que o balanço realizado pelos atores aqui identificados é, em geral, bastante positivo. Por isso, consideramos importante trazer, para as reflexões finais, alguns dados destoantes.

Mark Weisbrot, economista do Center for Economic and Policy Research (CEPR)¹⁵ afirma que, três anos após o terremoto de 2010, o Haiti continua em situação muito precária, apesar e, em parte por causa de, falhas da cooperação internacional que lá se desenvolve. Aponta, entre outras, que a necessidade de habitações ainda é aguda e a população está enfrentando uma crise de alimentos. Para ele, diante de necessidades tão urgentes, a comunidade internacional desembolsou, até agora, somente a metade dos 13,34 bilhões de dólares

alocados por doadores bi e multilaterais. Cita reportagem publicada no The New York Times, na qual Sontag (2012) mostra que apenas 215 milhões de dólares foram alocados para a necessidade que consideram mais óbvia e urgente: habitações seguras e permanentes. Sontag (2012) compara este valor ao que foi gasto em soluções de curto prazo, como tendas para acampamentos, abrigos temporários ou gastos anuais com aluguéis – 1,2 bilhões. É ainda o economista estadunidense que lembra: muito antes do terremoto, havia necessidade de água potável e saneamento no Haiti. Entretanto, o governo dos Estados Unidos bloqueou empréstimos para estes fins, quando desejava enfraquecer o governo eleito pelo povo haitiano.

A equipe do sítio Otramérica complementa, registrando que dos 6,43 bilhões de dólares aportados por doadores bi e multilaterais entre 2010 e 2012, o governo haitiano recebeu 302,690 milhões de dólares, enquanto a Cruz Vermelha estadunidense recebeu 486 milhões de dólares para ajuda ao Haiti; o valor recebido pelo Haiti como apoio orçamentário em 2009, ano anterior ao terremoto foi de 93,60 milhões de dólares; no ano seguinte ao terremoto, 2011, recebeu 67,93 milhões de dólares (EQUIPO OTRAMÉRICA, 2013).

Vale lembrar que em quase todas as argumentações para projetos e programas de cooperação no Haiti, a condição de pobreza extrema e de fragilidade institucional são referidas. Parte importante das ações são anunciadas como destinadas ao fortalecimento das instituições e à consolidação da democracia. Frente aos dados e às categorias que buscamos para um exercício inicial de análise, podemos sinalizar as diferentes orientações da cooperação internacional em saúde no Haiti.

Como mostramos, a CNS organiza sua ação junto aos haitianos predominantemente através de ONGs. Escrevendo imediatamente após o terremoto de 2010, Smith (2010) afirmou que:

Em vez de ajudar o Estado haitiano a construir sua capacidade de lidar com crises, os EUA estão canalizando \$379 mil dólares em ajuda através de suas próprias agências e ONGs. De acordo com a Associated Press: cada dólar americano se decompõe, aproximadamente, da seguinte forma: 42 centavos para assistência a desastres, 22 centavos para a ajuda militar dos EUA, nove centavos para alimentação, nove centavos para transportar a comida, cinco centavos para pagar sobreviventes haitianos em esforços de recuperação e menos de um centavo para o governo haitiano e cerca de metade de um centavo para a República Dominicana.

Para Harvey (2008), no contexto do neoliberalismo, as ONGs funcionam como ‘cavalos de Tróia para a globalização neoliberal’. Em analogia, podemos dizer que, no Haiti, são os “*cavalos de Tróia para o imperialismo*”.

As grandes ONGs, que estão recebendo a maior parte do dinheiro, veem a crise como uma enorme oportunidade para levantar fundos e alavancar seu perfil. Assim, em vez de um esforço centralizado e lógico, algo que só um Estado soberano poderia oferecer, as ONGs estão competindo umas com as outras, literalmente marcando as áreas que servem com seus logos (SMITH, 2010).

Em entrevista a Mike Whitney (2011), Smith deixa claro sua concordância com o caráter imperialista da ação estadunidense no Haiti, operada via ONGs:

Há uma relação insidiosa entre o imperialismo dos EUA e a globalização neoliberal.
[...]

Hoje, enquanto as potências imperiais saqueiam o terceiro mundo, canalizam dinheiro para ONGs para fazer parecer que estão interessados em ajudar as mesmas pessoas que estão roubando e explorando. O Haiti é talvez o pior exemplo deste processo. Enquanto os EUA impuseram planos neoliberais que empobreceram a população, despejaram dinheiro em ONGs, cultivando a auto-congratuação ilusória de que estão ajudando o Haiti. Assim como as instituições religiosas do passado, as ONGs são parte e parcela da dominação imperial dos países do terceiro mundo. No Haiti, por exemplo, 70 por cento do financiamento das ONG vem do estado norte-americano. Como resultado, elas se tornam veículos para o controle da sociedade através dos fundos que operam. Como Peter Hallward argumenta, 'a maior parte do dinheiro da USAID que vai para o Haiti e outros países da região é explicitamente destinado para defender interesses' - a promoção de um clima seguro de investimentos, o cultivo de vínculos com as elites empresariais locais, a preservação de uma dócil força de trabalho com baixos salários, e assim por diante.

A orientação que podemos esboçar a partir das ações organizadas no âmbito da CSS nos parecem bem diferentes. Como vimos, neste âmbito as ações são organizadas, predominantemente, pelas vias institucionais, ou seja, se organizam mediante a interlocução de seus representantes nacionais. Em sua grande maioria, conectam-se a projetos desenvolvidos juntamente ao governo haitiano, definidos a partir de suas demandas. Orientadas por princípios internacionalistas, buscam fortalecer o Estado haitiano no cumprimento de seu papel junto à população. É verdade que estes processos são, frequentemente, menos visíveis, mais demorados. A tentação pela "flexibilidade" e pelos "resultados" ronda permanentemente os tomadores de decisão. Como perseverar na urgência, como resistir aos apelos dos financiamentos fartos?

Nossa aposta vai em direção da retomada da utopia de Bolívar e Martí de construção da Pátria Grande, uma só América, livre e soberana. A soberania de cada um conectada à soberania de todos, na construção de relações entre iguais, que respeitam suas diferenças. Como afirmou Martí ([1891] 2011p. 29), "os povos deverão viver se criticando, porque a crítica é saúde; mas com um só peito e uma só mente. Descer até os infelizes e levantá-los nos braços! Com o fogo do coração, degelar a América coagulada".

Finalizando, precisamos ainda registrar que as diferenças que podem ser evidenciadas com alguma facilidade entre as duas vertentes da cooperação internacional, tornam-se bem mais tênues em suas expressões concretas. A CN-SS é certamente uma expressão real desta zona cinzenta, assim como a atuação brasileira no Haiti.

A aprendizagem *da* e *em* solidariedade é igualmente um ato solidário. Por isso também nos parece tão importante a participação brasileira na ajuda internacional em saúde que desenvolve com Cuba. O Brasil, único país lusófono da Unasur, e com uma lamentável tradição

de afastamento de questões latino-americanas, parece estar trilhando um novo caminho na cooperação internacional. Se ainda permanece como uma das forças centrais na Minustah, também já vem desempenhando papel importante na cooperação solidária, como ilustramos com sua participação no Memorando Tripartite que desenvolve com Cuba e Haiti.

REFERÊNCIAS

- AECID. Oficina de Cooperación Tecnica em Haiti. *Prioridades sectoriales e instrumentos*. Pétiion Ville, [2012].
- AECID. *Dossier de prensa*: Espanã cumple com sus compromisos em Haití. Puerto Príncipe, 21 maio 2012a. Disponível em: http://www.fondodelagua.aecid.es/galerias/fcas/descargas/documentos/DossierPrensa_AECID_Haiti.pdf. Acesso em 19 jan. 2013.
- AECID. Fondo de cooperación para água y saneamiento. *Haití: se pone en marcha la mayor planta de tratamiento de aguas residuales con el apoyo de España*. Madrid, 2012b. Disponível em: http://www.fondodelagua.aecid.es/es/fcas/noticias/noticias/2012_05_23-Titanyen-Haiti.html. Acesso em 19 jan. 2013.
- AECID. *AECID em Haiti*. Pétiion Ville, 2012c. Disponível em: <http://www.aecid.ht/contenu.php?lang=es&id-menu=2>. Acesso em 19 jan. 2013.
- AECID. Oficina de Cooperación Tecnica em Haiti. *Tres años después: los resultados de la cooperación española*. Pétiion Ville, 2013. Disponível em: http://www.aecid.ht/uploadfile/boletin_informativo_12enero2013_final.pdf. Acesso em 20 jan. 2013.
- AFONSO, M. M. e FERNANDES, A. P. *abCD: introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: Colprinter, 2005.
- ALBA-TCP. *Que es el ALBA-TCP?* Caracas, 2009. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>. Acesso em 13 jan. 2013.
- ALBA-TCP. *ALBA acordó proyecto integral de ayuda para Haití*. Caracas, 2010. Disponível em: <http://www.psu.org.ve/temas/noticias/ALBA-acordo-proyecto-integral-de-ayuda-para-Haiti/#.UPlF4Fc08is>. Acesso em 14 jan. 2013.
- ALBA-TCP. *Países del ALBA-TCP*. Caracas, 2013. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2105>. Acesso em 10 jan. 2013.
- ALBA TV. *Reunión tripartita Haití, Cuba, Venezuela logra acuerdos de cooperación en educación, energía y turismo*. Caracas, 02 mar. 2012. Disponível em: <http://www.albatv.org/Reunion-tripartita-Haiti-Cuba.html>. Acesso em 17 jan. 2013.
- AMIN, Samir. *Más allá del capitalismo senil: por um siglo XXI no norteamericano*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Cooperação internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Ed. USP, 1994. p.149-163.
- ARGENTINA. Min. Fondo Argentino de Cooperación Sur-Sur y Triangular. *Cooperación Sur-Sur: proyectos*. Buenos Aires, [2012?]. Disponível em: <http://www.foargentina.cancilleria.gov.ar/proyectos.php?active=2>. Acesso em 17 jan. 2013.
- AYLLÓN, B. La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos e justificaciones em la perspectiva de la Teoria de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, v. 2, n. 2, p. 32-47, out. 2007.
- BOSOLD, David; WERTHES, Sascha. Human security in practice: Canadian and Japanese experiences. *Internationale Politik und Gesellschaft*, n.1, p. 84-101, 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipg/02694.pdf>. Acesso em 25 jan. 2013.
- BUSS, Paulo Marchiori; FERREIRA, José Roberto. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). *RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.106-118, mar., 2010. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/351>. Acesso em 10 jan. 2013.
- CANADÁ. Embaixada do Canadá no Haiti. *Canadá – Haiti relations*. Port-au-Prince, 2011. Disponível em: http://www.canadainternational.gc.ca/haiti/bilateral_relations_bilaterales/canada_haiti.aspx?menu_id=7&view=d. Acesso em 14 jan. 2013.
- CASTOR, S. Le racines séculaires d'une difficile construction nationale. In: RAINHORN, J. D. (Org.). *Haiti, réinventer l'avenir*. Port-au-Prince: Université d'État d'Haïti; Paris: Maison des sciences de l'homme, 2012. p. 35-43.
- CEPR. *About us*. Washington, [1999?]. Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/about-us/>. Acesso em 26 jan. 2013.
- CERVO, A. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n.1, p. 37-63, 1994.
- CLINTON FOUNDATION. *Haiti development fund*. New York, 2011. Available at: <http://www.clintonfoundation.org/>

estratégica na política externa do governo lula. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2., 2010, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2010. v. 4, p. 4-22. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT04/Fernanda%20Cristina%20Nanci%20Lizidro%20Goncalves.pdf>. Acesso em 05 jul. 2012.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, 2004.

HALLWARD, P. Our role in Haiti's plight. *The Guardian*, 13 jan. 2010. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/jan/13/our-role-in-haitis-plight/print>. Acesso em 25 fev. 2012.

HARVEY, David. *O Novo imperialismo*, Loyola, São Paulo, 2010.

HIRST, M.; ANTONINI, B. Pasado y presente de la Cooperación Norte-Sur para el desarrollo. In: ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. *Documentos de trabajo sobre cooperacion sur-sur*. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.mrecic.gov.ar/userfiles/2_d.t._documentos_de_trabajo_sobre_cooperacion_sur_sur.pdf. Acesso em 10 jan. 2013.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *Cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento (CTPD) no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

ISAGS. *Sobre o ISAGS*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://isags-unasul.org/interna.asp?lang=1&idArea=1&idSubArea=34>. Acesso em 14 jan. 2013.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JAPÃO. Embaixada do Japão no Haiti. *Orientation de l'assistance pour la République d'Haiti*. Pétiion-Ville, avr. 2012a. Disponível em: http://www.ht.emb-japan.go.jp/relations_bilaterales/orientation_de_lassistance/orientation_de_lassistance.html. Acesso em 26 jan. 2013.

JAPÃO. Ministério das Relações Exteriores. *Japan's assistance for post earthquake reconstruction in Haiti*. Tóquio, out. 2012b. Disponível em: http://www.mofa.go.jp/region/latin/haiti/disaster2010/pdfs/1210_aid_brief.pdf. Acesso em 25 jan. 2012.

JICA. *JICA's assistance to Morocco leads to helping Haiti*. Tóquio, nov. 2012. Disponível em: http://www.jica.go.jp/english/news/field/2012/121113_01.html. Acesso em 26 jan. 2013.

KAPEL, K. K. *A cooperação técnica triangular na política externa do governo Lula: diversificando as linhas de cooperação sul-sul*. Porto Alegre, 2009, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Departamento de Ciências Econômicas. Trabalho de conclusão de curso.

KIRK, E. J.; KIRK, J. M. One of the world's best kept secrets: Cuban medical aid to Haiti. *Counterpunch*, 01 Apr., 2010. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2010/04/01/cuban-medical-aid-to-haiti/>. Acesso em 12 fev. 2012.

KLEIN, N. The rise of disaster capitalism. *The Nation*, 2 May, 2005.

KLEIN, N. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books/Henry Hot, 2007

KRAYCHETE, Elsa Souza. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 251-268, maio/ago. 2012.

LAMRANI, S. Cuba ou a globalização da solidariedade: o internacionalismo humanitário, *Global Research*, 2013. Available at <http://www.globalresearch.ca/cuba-ou-a-globalizacao-da-solidariedade-o-internacionalismo-humanitario/5337439>. Acess: 05 Jun. 2013.

LENGYEL, Miguel. *Argentina's participation in Haiti: trends and prospects*. Montevideo, IDRC, 2006. Disponível em: http://www.flacso.org.ar/uploaded_files/Publicaciones/DT1.pdf. Acesso em 17 jan. 2013.

LENGYEL, Miguel; MALACALZA, Bernabé. Potencialidades y desafíos de la Cooperación Sur-Sur: Lecciones de Haití. In: SEMINÁRIO La crisis financiera global: Impactos en la reforma de las Naciones Unidas y en la cooperación para el desarrollo. La Habana: CEALCI Fundación Carolina/ FLACSO, 2009. Disponível em: <http://www.haitiargentina.flacso.org.ar/Media/Files/Paper-CEALCI-2009-FLACSO-Argentina>. Acesso em 15 jan. 2013.

LOPES, L. A. A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): O Brasil como doador. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP; UNICAM; PUC-SP, São Paulo, 2008.

LÓPEZ, Carlos. El concepto ecuatoriano de su cooperación con Haití. *Hoy Digital*, 25 jul. 2012. Disponível em: <http://www.hoy.com.do/opiniones/2012/7/25/438705/El-concepto-ecuatoriano-de-su-cooperacion-con-Haiti>. Acesso em 15 jan. 2013.

MARTÍ, J. *Nuestra América*. Brasília: Ed. UnB, [1891] 2011.

MATIJASCIC, V. B. Haiti: uma história de instabilidade política. *Cenário Internacional*, São Paulo, 14 jul 2009. Dis-

ponível em: <http://www.cenariointernacional.com.br/default3.asp?s=artigos2.asp&id=130>. Acesso em 20 jan. 2013.

MÉDICOS Cubanos reafirmam compromisso com saúde haitiana. *Portal Vermelho*, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em 23 jan. 2013.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio/ago. 2012.

MINUSTAH. *Minustah em bref: historique; fais et chiffres*. Haiti, 2011. Disponível em http://minustah.org/?page_id=7858. Acesso em 07 ago. 2011.

MISOCZKY, M. C. Na contracorrente do capitalismo do desastre: a cooperação Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do Sistema de Saúde Haitiano. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, 4., 2010, Vitória. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

MONTAN, Ross et al. Haiti necesita a España. *El País*, Madrid, 31 mar. 2010. Disponível em: http://elpais.com/diario/2010/03/31/internacional/1269986410_850215.html. Acesso em 18 jan. 2013.

MUHR, Thomas. *Bolivarian internationalism: the ALBA-PTA's struggle to negotiate a evolutionary approach to humanitarian intervention and peacekeeping*. Bristol (UK), 2012. [draft version]. Disponível em: http://www.embavenez-uk.org/alba/pdf/Muhr2012_Globalizations_ALBA%20Military.pdf. Acesso em 14 jan. 2013.

NORAD. *Haiti: Norway has given over 800 million NOK for rebuilding of Haiti after the catastrophic earthquake*. Oslo, 11 dez. 2012. Disponível em: <http://www.norad.no/en/countries/latin-america/haiti>. Acesso em 14 fev. 2013.

NORUEGA. Ministério das Relações Exteriores. *Norway pledges USD 135 million in assistance to Haiti*. Oslo, 01 abr. jan. 2010a. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/press/news/2010/assistance-to-Haiti.html?id=599608>. Acesso em 27 jan. 2013.

NORUEGA. Ministério das Relações Exteriores. *Norway and Cuba cooperate on emergency relief*. Oslo, 23 jan. 2010b. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/press/news/2010/cuba.html?id=592097>. Acesso em 27 jan. 2013.

NORUEGA. Ministério das Relações Exteriores. *Norway joins Commission in charge of Haiti's recovery and development*. Oslo, 18 jun. 2010c. Disponível em: http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/press/news/2010/pm_haiti.html?id=609002. Acesso em 27 jan. 2013.

OCDE. *Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento*. Paris, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/aideffectiveness/38604403.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.

OCDE. *Accra agenda for action*. Accra (Ghana), 2008a. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/ACRAEXT/Resources/4700790-1217425866038/AAA-4-SEPTEMBER-FINAL-16h00.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.

OCDE. *Princípios para uma intervenção internacional eficaz em estados frágeis e em situações de fragilidade*. Paris, 2008b. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/fragilestates/42332900.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.

OCDE. *CPA at a glance by region and country*. Paris, 2010. Disponível em: http://webnet.oecd.org/dcdgraphs/CPA_recipient/. Acesso em 05 jul. 2012.

OCDE. *Rapport 2011 sur l'engagement international dans les États fragiles*: République d'Haïti. Paris, 2011.

OCDE. *Aid statistics, recipient aid at a glance: Haiti*. Paris, 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/aidstatistics/1877775.gif>. Acesso em 12 ja. 2013.

OCDE. *About the OECD: Members and partners*. Paris, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>. Acesso em 10 jan. 2013.

OPAS. *Saúde nas Américas*. Washington, 2007. v.1 – Regional, Cap. 5: Saúde e cooperação internacional. (Publicação Científica e Técnica, n. 622). Disponível em: <http://www.paho.org/hia/vol1regionalporcap5.html>. Acesso em 10 jul. 2012.

PENA, Hugo. O que é ajuda externa? *Captura Críptica: direito, política e atualidade*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 395-402, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/capturacriptica/documents/n1v2/parciais/pena%28n1v2%29.pdf>. Acesso em 10 jun. 2012.

PETROCARIBE. *Acerca de Petrocaribe*: Petroamérica; Cronologia Caracas, 2009. Disponível em: <http://www.petrocaribe.org/>. Acesso em 14 jan. 2013.

PETROCARIBE. *Acerca de Petrocaribe: el escudo antimiseria*. Caracas, 2013. Disponível em: <http://www.petrocaribe.org/>. Acesso em 14 jan. 2013.

RIBEIRO, D. *Entrevista de Darcy Ribeiro a Luís Donisete B. Grupioni (USP) e Denise Fajardo Grupioni (USP)*, [1997?]. Disponível em http://www.casadobrujo.com.br/ilustres/darcy_entre.htm. Acesso em 28 jul. 2011.

ROIO, M. del. Uma nota sobre a teoria do imperialismo: (1902-1916). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX

ENGELS, 4., 2009, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c6.pdf>. Acesso em 10 abr. 2013.

SCHULLER, M. Invasion or infusion? Understanding the role of NGOs in Contemporary Haiti. *The Journal of Haitian Studies*, v. 13, n. 2, p. 96-119, 2007.

SEGIB. *La cooperación de los países iberoamericanos con Haití: 2009*. Madrid, [2010]. Disponível em: http://segib.org/programas/files/2010/04/CSS_IB_Haiti_2009.pdf. Acesso em 11 jan. 2013.

SEINTENFUS, Ricardo. *Haiti põe em xeque a ajuda internacional*. [2010]. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/letemps.pdf>. Acesso em 12 jan. 2012.

SMITH, A. How NGOs are profiting off a grave situation: Haiti and the aid racket. *CounterPunch*, 24 Feb. 2010. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2010/02/24/haiti-and-the-aid-racket/>. Acesso em 15 fev. 2013.

SONTAG, Deborah. Rebuilding in Haiti Lags After Billions in Post-Quake Aid. *The New York Times*, 23 dez. 2012. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/12/24/world/americas/in-aiding-quake-battered-haiti-lofty-hopes-and-hard-truths.html?pagewanted=1&_r=5&hp&pagewanted=all&. Acesso em 26 jan. 2012.

SUTTER, Christina. Haiti, país mal dito. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 931-950, set. 2010.

TELESUR. *Venezuela financiará construcción de más de 5 mil viviendas en Haití*. Caracas, 12 jun. 2012. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/articulos/2012/06/12/venezuela-financiara-mas-de-5-mil-viviendas-en-haiti-529.html>. Acesso em 15 jan. 2013.

UNASUR. *Tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://unasursg.org/PDFs/unasur/tratado-constitutivo/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf>. Acesso em 13 jan. 2013.

UNASUR. *Solidariedade da UNASUL com o Haiti: Decisão de Quito, 9 de fevereiro de 2010*. Quito, 2010. Disponível em <http://www.ba.unibo.it/NR/rdonlyres/AAA04D21-3CC3-4C83-B531-FC376A6DC7C3/175766/UNASULHait.pdf>. Acesso em 14 jan. 2013.

UNASUR. Secretaria Técnica de UNASUR em Haiti. *Informe de actividad*. Asunción, 2012. Disponível em: http://www.mercosurabc.com.ar/docs/INFORME_UNASUR.pdf. Acesso em 14 jan. 2013.

UNDA, Yarisma; DASMAR, Michee. *Escritos sobre emancipación en América Latina y el Caribe: Haití y la resistência cultural*. [Porto Príncipe, 2011?]. Disponível em <http://200.11.218.106/antropologia/images/haitiylaresistencia-culturalenlatinoamericayelcaribe.pdf>. Acesso em 20 jan. 2013.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly: 64/222*, Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation. [New York], fev. 2010. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/222. Acesso em 10 jul. 2012.

USAID. *Haiti: global health*. Washington, 2013. Disponível em: <http://www.usaid.gov/haiti/global-health>. Acesso em 20 jan. 2013.

VENEZUELA. Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en EEUU. *Ayuda de Venezuela a Haití: dos años después del terremoto*. Washington, enero, 2012. Disponível em: <http://venezuela-us.org/es/wp-content/uploads/2011/08/01-10-2012-FS-Haiti-ESP.pdf>. Acesso em 14 jan. 2013.

VENEZUELANALYSIS.COM. Centre for Economic and Policy Research. *Haiti using funds from PetroCaribe to finance reconstruction*. [Caracas], 19 abr. 2012. Disponível em: <http://venezuelanalysis.com/analysis/6936>. Acesso em 15 jan.

WHITNEY, M. An interview with Ashley Smith on Haiti and the NGOs: prisoners on their own island. *Counterpunch*, 26 jan. 2011. Available at: <http://www.counterpunch.org/2011/01/26/prisoners-on-their-own-island/>. Acess: 14 fev. 2013.

NOTAS

- 1 No documentário O povo brasileiro, Darcy Ribeiro afirma que “O Haiti e o Brasil foram as duas colônias mais ricas da América desde o século XVI”.
- 2 Os governos de *Papa e Baby Doc* e as tentativas de Jean-Bertrand Aristide, respectivamente, são as ilustrações mais eloquentes.
- 3 Atualmente integram a OCDE 34 países de todas as regiões do mundo, sendo a maioria considerada como altamente desenvolvidos (Estados Unidos, França, Canadá, Japão, Reino Unido, Espanha, etc.), e outros considerados emergentes (México, Chile e Turquia). Países como China, Índia e Brasil são considerados parceiros (OCDE, 2013).
- 4 Fundada em 2004 por iniciativa de Venezuela e Cuba, atualmente integram a ALBA, além daqueles dois países, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda (ALBA-TCP, 2013).

- 5 A constituição da UNASUR como organização com personalidade jurídica internacional ocorreu em 2008, decorrente de três Declarações anteriores (2004, 2005 e 2006), proclamadas entre os países membros. Atualmente 12 países estão integrados na UNASUR: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai (temporariamente suspenso, em represália ao processo de *impeachment* imposto ao Presidente Lugo), Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (UNASUR, [2013?]).
- 6 Amorim (1994, p. 152-153) chama a atenção para o fato de que a palavra 'desenvolvimento' foi incluída na denominação do originalmente Banco de Reconstrução, "após muitos esforços, sobretudo dos delegados latino-americanos", pois os anos que se seguiram à Segunda Guerra deslocaram os "focos de tensão mundial do centro desenvolvido para a periferia pobre, com crises como as da Indochina, Argélia, Cuba e Congo".
- 7 <http://www.acdi-cida.gc.ca/cidaweb/cpo.nsf/fWebCSAZEn?ReadForm&idx=01&CC=HT>.
- 8 Este Programa foi estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão para apoiar projetos desenvolvidos por ONGs engajadas localmente. Autoridades e documentos oficiais japoneses ressaltam que este programa busca valorizar o potencial dos indivíduos (BOSOLD e WERTHES, 2005).
- 9 Emily J. Kirk e John M. Kirk trabalhavam, em 2010, em um projeto sobre o internacionalismo sanitário cubano, patrocinado pelo Social Science and Humanities Research Council do Canadá.
- 10 Registro feito pelos autores deste artigo, que estiveram presentes ao evento.
- 1 Yarisma Unda é socióloga, pesquisadora, professora universitária; Michee Dasmair é estudante de Sociologia do Desenvolvimento e poeta haitiano, militantes do Colectivo Bolívar y Pétion - Espacio de Reflexión y Acción sobre América Latina y El Caribe.
- 12 MSPP (<http://www.mspp.gouv.ht/site/index.php>); e Haiti Aid Map (<http://haiti.ngoaidmap.org/>)
- 13 14 ONGs foram identificadas como transnacionais.
- 14 A primeira – a fase mercantilista – compreendida entre 1500 e 1800; a segunda – a fase clássica – que foi de 1800 até a Segunda Guerra Mundial (Amin, 2005).
- 15 O CEPR foi criado em 1999 pelos economistas estadunidenses Dean Baker e Mark Weibrot para promover o debate democrático sobre os mais importantes temas econômicos e sociais que afetam a vida das pessoas. Participam de seu Conselho Consultivo, entre outros, os laureados com o prêmio Nobel, Robert Solow e Joseph Stiglitz (CEPR, [1999?]).